

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 104.ª Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)

Realizada em 8 de Julho de 1971 — (Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fael, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiait Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Arthur de Souza, Lázaro Dumont, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os srs. deputados: Nelson Buffara, Cândido Martins de Oliveira e Arizone Araújo (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando dispensa da publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 126-71.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Considerando:

1. O magnífico trabalho desenvolvido em todo o território nacional pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE —, e a próxima realização, de 25 a 29 de julho corrente, na Guanabara, do V Congresso da Federação Nacional das APAES;

2. A expressiva participação da delegação paranaense no referido concla-

ve, quando serão abordadas diversas teses relacionadas com o tema principal.
• "Dinâmica Familiar do Deficiente Mental", requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de regozijo pela realização do aludido Congresso, e a transcrição, na ata, pela profundidade de seus conceitos, da "Exortação do Excepcional" cujo teor vai abaixo:

ACEITA-ME!

Como sou. Por questão de justiça, e não por piedade.

TORNA-ME! Um ser útil, porque de esmolas não quero viver.

LIVRA-ME! Da ignorância e da dependência, pelo teu dever de cidadão.

POE! Em meus lábios a luz de um sorriso e não a sombra triste do Medo.

AJUDA-ME! A não ser tão pesado a meus queridos pais, fazendo minha reintegração na sociedade.

REFLETE! Que meu início foi igual ao teu início.

SAIBA! Que as ilusões que cercaram o meu nascer, foram as mesmas que teus pais sonharam.

DESPERTA! Com teu afeto, a minha mansidão, contra a agressividade que avassala.

OLHA-ME! Sou humano como você!

Outrossim, aprovado o presente, officie-se ao V Congresso da Federação Nacional das APAES, na pessoa do sr. José Cândido Maes Borba, Presidente da Comissão Executiva, à rua Bom Pastor, 41, Tijuca — ZC 09, Rio de Janeiro — GB, participando a decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1971.

(a) — Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER sejam encaminhadas ofícios aos senhores Ministro da Agricultura, Engenheiro Luiz Fernando Cirne Lima e João Maurício Mello Franco Nabuco, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a fim de que seja mantido o tráfego normal da estrada que demanda de Medianeira a Capanema, trafegando pelo Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1971.

(a) — ODILON REINHARDT

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que, diariamente, por ali trafegam 2 ônibus, e mais de uma centena de outros veículos que demandam ao Sudoeste do Estado do Paraná, Norte do Estado de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul, percorrendo através desta estrada a distância de 67 quilômetros, até atingir a BR-277, e vice-versa.

Se, pelo contrário, fôr fechada ao tráfego esta estrada, os referidos veículos terão de percorrer o dobro da distância para atingir a estrada de Três Pinheiros, e dali alcançar a BR-277, estrada esta que apresenta péssimas condições de tráfego.

Nossa solicitação prende-se ainda ao fato de que, é através desta estrada, que se dá o escoamento da produção agrícola e agropecuária da região, e seu fechamento viria acarretar prejuízos inestimáveis para esta importante região do Sudoeste do Estado do Paraná.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido

de que se digne a informar se houve doação de máquinas desse Departamento à Prefeitura Municipal de União da Vitória, de 1969 até ao presente ano.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1971.

(a) — Domicio Scaramella.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 140/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante Decreto, uma inspetoria de Ensino com sede no município de Capanema, com jurisdição nos seguintes municípios: Planalto, Perola d'Oeste, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Capitão Leônidas Marques e município sede.

Art. 2.º — Para atender o disposto no art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º da Lei n.º 5.821, de 03 de agosto de 1.968, os seguintes cargos de provimento em comissão:

1. — No Inciso I, um de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;
2. — No Inciso III, um de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C e
3. — No Inciso IV, um de Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de julho de 1.971.

(a) — ODILON REINHARDT

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei tem por objetivo dotar de atendimento eficiente os Municípios que estão sob a jurisdição de ensino do município de Santo Antônio do Sudoeste, uma vez que este, já não tem condições de dar assistência aos 10 municípios que se encontram sob jurisdição, em vista do elevado aumento populacional que vem se registrando naquela região.

Considerando que a 47.ª Inspetoria de Ensino, com sede em Santo Antônio do Sudoeste, foi implantada há longos anos, quando aquela zona fronteiriça ainda estava no princípio de sua formação, e, considerando o aumento imprevisto no setor de escolarização de crianças, motivado pela explosão demográfica ocorrida naquela zona de nosso Estado, nada mais justo e oportuno, pois, do que a implantação de uma Inspetoria de Ensino no Município de Capanema, dividindo assim as funções com aquela que já não apresenta condições para dar o necessário atendimento aos estabelecimentos de ensino sob sua jurisdição.

Isto foi o que nos moveu a apresentar o presente Projeto de Lei a esta Casa, esperando seja-lhe dado por parte de nossos nobres pares, o indispensável apoio, e, ao final, sua necessária aprovação.

PROJETO DE LEI N. 141/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros) à sra. Francisca Franco de Souza, residente em Bocaiuva do Sul.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1971.

(a) — QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de Lei, minorar as necessidades por que passa a sra. Francisca Franco de Souza, que é mãe de 7 (sete) filhos e que não conta com o auxílio de seu espóso, José Egipto Pereira, que se encontra recluso na Penitenciária de Piraquara, condenado em 22.10.70, pelo juízo da Comarca de Bocaiuva do Sul, a cumprir 8 anos de prisão.

Por essa razão é de muita justiça que se conceda a presente pensão.

(Assume a Presidência o sr. deputado Antônio Costa).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Odilon Reinhardt.

O SR. ODILON REINHARDT — Sr. Presidente e srs. Deputados.

A construção de estradas tem sido uma constante de todos os governos, quer seja de âmbito estadual, ou de âmbito federal; tem sido afirmado que governar é construir estradas. No entanto, nos parece que esta não é a filosofia do IBDF, que procura efetuar o fechamento de uma estrada de uma rica região do Estado do Paraná. Pretende este Instituto efetuar o fechamento da estrada que demanda Medianeira a Capanema, única e exclusivamente com a afirmação de que o tráfego é pelo Parque Nacional do Iguaçu. Acreditamos nós que o fechamento desta estrada, viria não somente acarretar prejuízos inestimáveis a uma rica região do Sudoeste do Estado, mas também se o objetivo do Parque é preservar a flora e a fauna do Estado do Paraná, com este fechamento, teríamos a oportunidade, somente de que este Parque viesse a ser visitado através de viagens aéreas. Cremos que a preservação da fauna seguida pelo IBDF poderia ser feita através de uma fiscalização mais constante, de uma fiscalização efetiva, que viria realmente alcançar os objetivos que pretendem, que é o de preservar a flora e a fauna. Mas não o fechamento de uma estrada, que viria em prejuízo de uma das mais ricas regiões do nosso Estado, em franco desenvolvimento, e que necessita inegavelmente desta estrada para o desenvolvimento daquela região, estando apenas a 60 quilômetros da estrada referida, a BR-277; no entanto, o município de Capanema poderia e deveria dar, aqueles moradores, um tráfego obrigatório de 180 quilômetros, para alcançar a região de Pato Branco, Três Pinheiros, para o escoamento natural e produtivo daquela região. E assim é, que solicitamos ao IBDF, como também ao Engenheiro Luiz Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura, que mantenha o tráfego naquela importante estrada, a fim de dar continuidade ao escoamento natural daquela região. Nós pretendemos apresentar à consideração da Casa esta solicitação, para a qual pedimos o apoio de todos os componentes deste Poder, apoio que é necessário e indispensável.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Lamentável e desgraçadamente, temos que afirmar desta tribuna que S. Exa. o sr. Governador do Estado, quando afirma à imprensa nacional, em tom vitorioso, ter regularizado a situação do funcionalismo público do Estado, no que refere aos seus vencimentos, está proferindo uma inverdade desprezível.

E a desfargatez destas afirmações só poderia mesmo ser superada pelo desrespeito a seis mil professores suplementaristas do nosso Estado, que não recebem seus vencimentos há 4 meses.

Estes heróis que exercem função sacerdotal, os depositários da educação, os responsáveis pelo amanhã, aqueles que preparam a nossa juventude para perceber as sutilidades e o radioso esplendor da vida, aqueles que estão a lançar a semente para que possamos colher no amanhã os frutos de um

trabalho digno dos maiores êrcômios, dignos do maior reconhecimento. Nenhum servidor público pode merecer maior atenção, maior amparo, maior respeito do que o mestre, verdadeiro artífice da Pátria.

Não é a primeira vez, neste Governo, que se comete uma injustiça completa êsses professores suplementaristas, que vêm lutando de há muito pela conquista de seu direito.

Não é a primeira vez, netse Governo, que se comete uma injustiça contra o magistério paranaense. Esta Casa tem abordado constantemente êrros da administração pública do Estado, que vêm ferir profundamente os propósitos da educação de nosso Estado.

Sabemos perfeitamente — o sr. Governador deve saber, pois já foi professor, — que somente podemos alicerçar o desenvolvimento com a educação. Todo o domínio de um povo, de uma Nação, conquistado à força, é efêmero. A História nos ensina que somente com alicerce cultural pode uma Nação e um povo conquistar um domínio duradouro. Afirma-se constantemente, em todos os cantos, que unicamente através da educação é que poderemos fugir à miséria, à ignorância e à tirania.

De nada adianta, volto a repetir, o Governo voltar suas atenções para os prédios escolares. Por mais belos, ricos e nababescos que sejam, não estarão cumprindo com seus objetivos e sua finalidade, se não tiverem em seus corredores, em suas salas, mestres satisfeitos com sua condição, mestres realizados em seus objetivos e propósitos: Não que seja o Mestre um cercenário, mas nem só de idealismo pode viver. Ele sofre também as condições da vida econômica, êle precisa sustentar seus familiares, êle precisa desta tranquilidade material para que possa transmitir, com objetividade, os ensinamentos indispensáveis a uma juventude, a uma infância que está ansiosa do sabe, que sente sede de cultura, que precisa de cultura.

Já abordamos, desta Tribuna, mais de uma vez, os aspectos da educação em nosso Estado, sobretudo com referência à atuação da administração pública. Já mais de uma vez, tivemos de lamentar...

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que falta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. ALVARO DIAS — ... o desrespeito a uma classe laboriosa de nosso Estado, sobretudo porque vemos neste episódio a incoerência marcante do Governador do Estado, que nunca se esquece de afirmar que o "sim será sempre sim" e que o "não será sempre não". Se afirma que não existe funcionário de nosso Estado com os vencimentos atrasados, não está cumprindo com a assertiva de que o "sim será sempre sim", está uma vez mais a desmentir esta assertiva.

Fazemos um apêlo para que se dê atenção de forma primordial aos professores de nosso Estado, para que possam ter tranquilidade suficiente ao transmitir a educação a milhares de jovens do nosso Estado.

Muito obrigado! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, tem a palavra o nobre deputado Sebastião Rodrigues, para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tenho procurado encontrar a nota dominante em todos aquêles atos emarcados do Executivo Estadual, que se refletem nesta Casa. E, lamentavelmente, nesta busca eu encontro sempre a mesma característica, a inabilidade. A inabilidade evidenciando o primarismo político da assessoria do sr. Governador do Estado. É de estarrecer êste primarismo.

Ainda há dias atrás, o nobre deputado Antônio Lopes Júnior, desta Tribuna, propunha a criação de uma escola para políticos; Discordo em grande parte dos motivos alegados por S. Exa., pois creio que a grande crise dos políticos na atualidade, é a crise de dignidade, e dignidade não se aprende em escolas. Por outro lado, entretanto, procede o pensamento do ilustre Parlamentar. E, se S. Exa. lograr, de fato, a criação de uma escola para po-

líticos neste Estado, deverá reservar muitas vagas no curso pré-primário, para a assessoria política do sr. Governador do Estado.

A inabilidade é muito grande. Vejam os senhores que se nega, sistematicamente, a esta Casa, o direito de conhecer as razões e os propósitos das mais sérias Mensagens do Executivo Estadual. Convoca-se, procura-se trazer a esta Casa Secretários de Estado, para que esclareçam aqui aos Deputados e, através deles, ao povo do Paraná, o conteúdo das Mensagens Governamentais. E este propósito, estas convocações, jamais encontram eco, pois ficam barrados, sistematicamente, pela atitude da Maioria desta Casa. Foi assim quando aqui deu entrada a Mensagem propondo uma Emenda à Constituição. Então, o nobre deputado Cândido Martins de Oliveira solicitou a presença do titular da Secretaria do Interior e Justiça, e ela nos foi negada.

Ainda agora, recentemente, face à proposição do sr. Governador do Estado, solicitando desta Assembléia autorização para contrair um vultoso empréstimo, propôs a baricada do meu Partido, que viesse a esta Casa o ilustre Secretário da Fazenda, para aqui esclarecer a finalidade do empréstimo, para aqui esclarecer o montante da dívida externa do Paraná, para aqui esclarecer o que falta ainda a pagar de obras realizadas no Governo passado, e esta tentativa foi mais uma vez barrada pela maioria dos srs. Deputados.

Ora, srs. Deputados, será que a presença aqui de um Secretário de Estado, o conspurca? Será que ele não pode entrar nesta Assembléia? Será que a Baricada do MDB e o povo do Paraná não merecem os esclarecimentos que se pretendia com aquela convocação? Esta a pergunta que eu deixo aos srs. Deputados. Tenho a certeza de que, se não viesse do Palácio Iguazu uma ordem sistemática de barrar estas convocações, e se deixasse ao critério dos srs. Deputados, livremente, a decisão de tão importante matéria, tenho a certeza de que o resultado seria justamente o contrário. Teríamos aqui, várias vezes, todos os Secretários de Estado, porque este, afinal de contas, é o diálogo democrático, o diálogo que se procura impedir; querem que os Deputados votem com desconhecimento de causa. Porque nós, Deputados do MDB, não temos condições de estar, diariamente, a portas fechadas, conversando com os Secretários, nas suas Secretarias, a fim de colher subsídios que nos informem para votarmos matérias de interesse do Governo.

A presença do Secretário da Fazenda na Casa seria, longe de um ultraje, como parece que foi considerado, uma promoção ao Governo. Aqui viria o Secretário da Fazenda, homem culto e conhecedor de suas funções, esclarecer aos Deputados e, através deles, esclarecer ao povo do Paraná, o sentido verdadeiro do pedido de empréstimo. Pedem um cheque em branco, de 800 milhões de cruzeiros, e não querem dizer para quê, não querem dizer o montante da dívida do Estado. Por que razão será que a Assembléia não tem o direito de saber o montante da dívida do Estado? Não tem o direito de saber, de fonte oficial, como é a Secretaria da Fazenda, para que se destina o empréstimo pedido? Nega-se o direito que têm os representantes do povo de poderem saber a situação da Secretaria da Fazenda do Governo. Contra isto nos insurgimos e protestamos.

O Secretário talvez não possa vir a esta Casa. Formulemos então um requerimento de informações e queria saber se pelo menos pode S. Exa. escrever a esta Casa. Um requerimento de informações, substituindo aquele requerimento de convocação que foi ontem negado por esta Casa.

O requerimento está vasado nos seguintes termos:

(Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO

a tramitação por esta Casa, do Projeto de Lei n.º 126/71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 18/71, solicitando autorização para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$

800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros) para cobrir despesas com obras já realizadas e a serem efetuadas em nosso Estado,

REQUER

a Vossa Excelência, que encaminhe o seguinte Pedido de Informações ao excelentíssimo senhor doutor Linco Klippel, digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado:

1) — Em quanto montam as despesas com obras já realizadas em nosso Estado?

2) — Quais as novas obras a serem custeadas com os recursos autorizados em nosso Estado?

3) — Qual o débito do Governo do Estado (administrações direta e indireta), referentes a empréstimos em organismos nacionais e internacionais, até o momento, e a quanto montam o principal, juros, taxas e forma de amortização;

Quais os organismos creditícios que o Governo do Estado já entrou em contato, objetivando conseguir financiamentos a serem autorizados pelo Projeto 126/71?

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1971.

Ora, não entendemos mesmo o escrúpulo, quase que o pudor com que são encarados pela Maioria desta Casa todos os requerimentos de convocação de Secretários de Estado para viram a esta Assembléia prestar os esclarecimentos que o povo do Paraná exige e necessita.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa., deputado Sebastião Rodrigues, refere-se a um assunto de grande importância de forma excepcional, porque V. Exa. não se rende e não se rendeu à evidência do poder da Maioria, que ontem decidiu negar a nossa solicitação para ouvirmos, aqui na Assembléia Legislativa, as razões do homem que responde pela ordenação da vida econômica e financeira do Estado, que é o Secretário da Fazenda. Veio, então, V. Exa., com um pedido de informações no mesmo sentido. Ótimo! Quero me solidarizar inteiramente com a iniciativa de V. Exa.. Fala-se, nesta Capital, em diálogo entre Deputados e Governo. Entendemos diálogo de forma aberta, ampla. Os negócios são públicos, os interesses são públicos. Desenvolva-se o diálogo a portas abertas nesta Casa, que é a Casa do povo. Discutam-se aqui, os interesses do povo. Este é o nosso propósito.

V. Exa. fez referência a uma escola de política. Eu quero lembrar a V. Exa. e à Casa o que disse o Presidente Médici; para ele, escola política são os partidos, escola política são as Casas Legislativas.

E sugere S. Exa., o senhor Presidente da República, que intensifiquem a messe das idéias construtivas; que fiscalizem o trato dos negócios públicos e somem ao idealismo a obra da comunidade. E é exatamente isso que estamos fazendo.

Era preciso que isso fôsse compreendido por todos. E faço um apêlo a esta Casa para que compreendam os propósitos que nos animam ao dirigir convite a Secretários de Estado, propósito sincero, de realizar um diálogo amplo sobre as questões do Estado, e que estão sob a nossa responsabilidade, sob a responsabilidade daqueles que foram eleitos pelo povo, como V. Exa., como eu e como todos os Deputados que aqui se encontram.

Agradeço a V. Exa. e cumprimento-o pelo brilhantismo de seu discurso.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço a V. Exa. o aparte, nobre deputado Nivaldo Krüger. E entendo, como V. Exa., que a presença do Secretário de Estado, aqui nesta Casa, seria altamente promocional para o Governo, a menos que o sr. Secretário não saiba dizer — o que eu não posso acreditar — as razões do empréstimo. Porque, quando o sr. Governador formulou o pedido de empréstimo a esta Casa, o fez, penso, com um plano preestabelecido de destinação específica, contando os setores em que seria aplicado o dinheiro solicitado. E o sr. Secretário da Fazenda viria a esta Casa com êsses esclarecimentos. Porisso, não entendo o motivo pelo qual a Maioria

desta Casa impeça pedido desta natureza. Entendo até mesmo que a rejeição sistemática dos pedidos de informações que fazem nesta Assembléia é mesmo inconstitucional; entendo porque a Constituição do Estado do Paraná transpôs para seu texto o contido na Constituição Federal, em seu parágrafo único do artigo 16, inciso V, que diz: "A Mesa encaminhará, por intermédio do Governador, somente pedidos de informação sobre matéria legislativa em trâmite, ou fato de relevante interesse público".

Ora, nós estamos solicitando informações sobre uma matéria em tramitação nesta Casa, e o pior, sem estas informações não teremos condições de dar nosso voto, e deixamos de contribuir para um propósito sadio que acreditamos que seja este que moveu o sr. Governador do Estado. Queremos nos informar, necessitamos dessas informações para que possamos dar satisfação àqueles que nos remeteram para esta Casa. E como votar se nem sabemos o montante da dívida do Estado, e quais as obras específicas que serão executadas com este empréstimo? Existem dispositivos constitucionais estabelecendo que os empréstimos contratados pelo Estado deverão observar um percentual anual ou plurianual do Governo do Estado.

Ora, se o sr. Governador do Estado não diz se o empréstimo será feito parceladamente, e em quantas parcelas, qual o montante de cada vez, não temos nem os elementos necessários para examinarmos a matéria à luz do texto constitucional.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Exa. e estou com V. Exa., em quase cem por cento da sua argumentação. Apenas não gosto de votar matéria inconstitucional, não gosto e não voto mesmo. Já votei — aliás, a Bancada de V. Exa. também — em 1.ª e 2.ª discussão, favoravelmente à Mensagem do Governo. Ontem, nessa Tribuna, o nobre deputado Cândido Martins de Oliveira levantou uma dúvida quanto ao aspecto legal da Mensagem Governamental. Quero abrir um parêntesis, não estou aqui para defender o Governo, longe de mim defender o governo; apenas quero situar minha posição neste episódio. A oportunidade para se levantar o problema aventado ontem pelo sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, seria a 1.ª discussão, que era quanto ao aspecto legal e, na Comissão de Constituição e Justiça, da qual aquele brilhante Deputado faz parte com raro brilhantismo. Não o fez. Levantou ontem, baseado no artigo 37 da Constituição, uma tese que está sendo esposada por V. Exa., erroneamente. Porque o artigo 37 da Constituição Estadual proíbe é que o Governador comprometa a receita do Estado em operações de crédito de antecipação da receita. Antecipação da receita tributária, com operação realizada no mercado interno, tal como fez há poucos dias o sr. Governador Leon Perez, mandando a esta Casa pedido de autorização para oferecer ações da Petrobrás em garantia do empréstimo que pretendia realizar para efetuar pagamento dos vencimentos do funcionário público em atraso. Esta Casa votou favoravelmente, porque a Mensagem era legal e não contrariava o espírito da Constituição. Agora S. Exa. manda a esta Casa uma Mensagem solicitando autorização legal para contrair no exterior um empréstimo até 800 milhões de cruzeiros. As instruções do Governo Federal, são de que os Estados e Municípios só podem contrair empréstimo em moeda estrangeira após a prévia autorização do Senado, para que esse dinheiro, depois, reverta no crescimento vegetativo da receita.

Vou citar a V. Exa. um exemplo: a Copel se realizou quase exclusivamente com capital estrangeiro; a construção da Usina Capivari-Cachoeira, em convênio com o Governo Federal, mas a parte de responsabilidade da Copel foi aproveitada em moeda estrangeira, lei votada por esta Casa na legislação anterior, em 1966, ainda no governo de Ney Braga. Hoje, a Usina Capivari-Cachoeira já está produzindo energia elétrica, já está vendendo energia. Com o produto da venda dessa energia é que se está amortizando o empréstimo externo.

Veja V. Exa. que está havendo uma confusão. Obra de infra-estrutura é investimento, não é despesa de custeio. Ela se paga por si só, por si mesma. Quando se asfalta uma estrada, como de Pato Branco a Três Pinheiros, — V. Exa. é um dos representantes daquela região, assim como os deputados Ivo Tomazoni, Arizone Araújo e Cândido Martins de Oliveira — a arrecadação lá já estourou, porque nunca houve lá maior comércio. Por isso se constrói usinas, se realizam obras de infra-estrutura que nunca podem ser como receita tributária, para o que se quer recursos externos de financiadores internacionais. Isto não é proibido, absolutamente, porque o Governo Federal, agora mesmo, realizou empréstimos em dólares, superiores ao Orçamento da União. Portanto, está havendo uma confusão. Eu votei consciente, certo de que é matéria que interessa de perto ao povo paranaense. Agradeço a atenção com que V. Exa. me concedeu o aparte, que foi longo, mas que era necessário mais uma vez, para que não se faça confusão de misturar operações de crédito para despesas de custeio de administração, com realização de empréstimos para obras de infra-estrutura.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço o aparte de V. Exa. e, justamente o que queria caracterizar, são os termos vagos da Mensagem. V. Exa. fala que o empréstimo aplicado em obras de infra-estrutura terá no seu correr o próprio resgate, mas eu precisaria saber justamente a que obras de infra-estrutura se destina, as obras que o Governo deseja edificar, que o Governo deseja desenvolver com o produto do empréstimo. Os termos vagos da proposta é que deixam esta Casa, pelo menos a mim, sem condições de apreciar suficientemente a matéria. Justamente isto é que desejava este Deputado: conhecer o plano misterioso de obras do Governo, porque até hoje não consegui tomar conhecimento dele, embora tivesse o Governo um prazo imenso, e escritório a seu dispor para elaborar este plano.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. está lembrando bem, eu gostaria apenas de aduzir ao brilhante discurso de V. Exa. o seguinte: que, de acordo com a lei federal, — estou citando isto numa declaração de voto que pretendo fazer ao Projeto —, a lei 4.595, em seu artigo 23, estabelece que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico representa para a União, o principal instrumento de execução de política de investimento do Governo Federal.

Isto deveria ocorrer com referência a aplicação de investimento, com relação ao Estado, através do Banco de Desenvolvimento do Paraná. No entanto, o Banco de Desenvolvimento do Paraná é chamado no Projeto única e exclusivamente para emitir conjuntamente com o Governo do Estado e o Banco do Estado do Paraná, as notas promissórias necessárias a que o Governo contraia o empréstimo no exterior. Como a Constituição passada, no seu Artigo 36, e eu confesso que não prestei atenção à leitura que talvez V. Exa. tenha feito do dispositivo estadual em vigor, mas, como na Constituição passada se estabelecia um limite para a obtenção de recursos nós entendemos que, sendo uma regra geral, sem disciplinação, como de fato não existe, ela pode, inclusive, esbarrar no texto constitucional. Foi este o aparte que demos ao sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, quando na Tribuna.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço o aparte que é inclusive uma contribuição às razões que trago a esta Tribuna. Vejam, srs. Deputados, os termos genéricos da proposta do Executivo. Expressou-se muito bem o nobre deputado Erondy Silvério no aparte com que me honrou, espousando a tese de que os investimentos em obras de infra-estrutura são diversos da aplicação antecipada da receita orçamentária. Tem razão S. Exa.. Mas, entretanto, a proposta do sr. Governador não se refere apenas a obras de infra-estrutura, diz também que o empréstimo solicitado se destina ao atendimento de despesas com obras já executadas. Que obras são estas? Qual o montante a ser pago? Se se destinam também a obras de infra-estrutura e de outras despesas, que despesas são estas?

Afinal, não estamos aqui apenas para dar cheques em branco, não esta-

mos aqui apenas para votar aquilo que o sr. Governador do Estado pretende. É preciso também que ele preste uma satisfação necessária a esta Casa, dizendo, em sua Mensagem, o que pretende fazer com o dinheiro; caso contrário não teremos condições de responder ao povo do Paraná, que concedemos autorização, para que o Governo contraísse um vultuoso empréstimo da ordem de oitocentos milhões de cruzeiros. Não me sinto em condições, honestamente, de aprovar em votação final, a proposta do sr. Governador do Estado, porque me faltam elementos. Votei a primeira vez com um crédito de confiança, porque a nossa Bancada dispunha de um requerimento de convocação do sr. Secretário da Fazenda, e queríamos que este requerimento fôsse aprovado. E os esclarecimentos seriam prestados nesta Casa até o término da tramitação da proposta governamental. Entretanto, o nosso requerimento, para que aqui viesse o sr. Secretário de Estado foi negado, e aqui não virá mais S. Exa., porque cruzar os humbrais da porta desta Assembléia é algo que diminui um Secretário de Estado. Deve ser este o entendimento, porque aqui se negam a comparecer.

Por esta razão, eu me sinto, repito, sem condições de votar a proposta do Paraná; e será que estes homens não tem sequer o direito de ouvir o tenha um plano, um plano amplo de destinação da importância pedida. Sei que S. Exa. quer o bem do Paraná, estou convicto disto; entretanto, creio também que S. Exa. deve uma satisfação a este Poder. Afinal, aqui estão os homens que receberam o sufrágio popular, e que representam o povo do Paraná; e será que estes homens não têm sequer o direito de ouvir o sr. Secretário de Estado para dizer dos propósitos do Governo com um empréstimo no valor de oitocentos milhões de cruzeiros? É a pergunta que faço a esta Casa e ao povo do Paraná. Porque nós temos o direito, a obrigação, pois a finalidade do Poder Legislativo, a finalidade precípua, é de fiscalização.

Sr. Presidente e srs. Deputados. Este empréstimo de oitocentos milhões de cruzeiros é um vultuoso empréstimo, e esta Casa tem o direito de saber, por antecipação, a destinação específica deste dinheiro.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? Assentimento —

Eu gostaria, nobre Deputado, de focalizar só um tópico do discurso de V. Exa.. Se possível, evitar que manchetes — que no nosso entendimento, traduzem inverdades, — sejam reprisadas pela imprensa. Amanhã, V. Exa., desta Tribuna, encampa o entendimento do nobre deputado Cândido Martins de Oliveira, quando da "inconstitucionalidade", no entendimento de V. Exa., da autorização que esta Casa pretende conceder ao Governo do Estado, para que ele obtenha financiamento externo até o valor de oitocentos milhões de cruzeiros. É o reparo que pretendo fazer, dentro das minhas limitações. É no sentido de que os empréstimos por adiantamento da receita, até uma quarta parte da previsão da arrecadação, nobre Deputado; essa limitação é feita ao Chefe do Poder Executivo dentro da própria Lei de Meios, o qual pode fazer empréstimos até 25% da previsão da receita. S. Exa. não necessita, absolutamente, de autorização desta Casa de Leis; é uma faculdade que o governo tem expressa na Lei de Meios que é o Orçamento.

O que estamos pretendendo fazer é votar uma Lei, e a Lei está acima de qualquer outra interpretação que se pretenda dar ao conceder-lhe a autorização para contrair o empréstimo, cujo prazo de carência, conforme a normas dos órgãos internacionais todos eles, nunca é inferior a quatro anos. Diante disto, não vejo porque alegar-se o aspecto de inconstitucionalidade da pretendida autorização.

A opinião pública, lendo os jornais, vendo televisão, ouvindo as emissoras de rádio, — e hoje V. Exa. volta a repisar o assunto —, deve ter a impressão que estamos votando uma ilegalidade. O que não é verdade, porque estaremos amparados constitucionalmente se concedermos esta autorização. Muito obrigado!

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço a V. Exa. e apenas quero corrigir o seu aparte, quando se refere a este orador como se estivesse acompanhando “in totum” o pensamento do nobre Deputado.

Vou explicar a V. Exa.. O entendimento da matéria, da proposta governamental, é tão pouco que poderá, inclusive, se esclarecido, redundar na tese suscitada pelo sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O empréstimo se destina ao pagamento de obras já executadas. Sou forçado a entender que o pagamento dessas obras já deveria estar contido em alguma outra previsão.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite u maparte? (Assentimento) — Quando esta Casa de Leis autorizou o Governo do Estado da época a aceitar títulos emitidos por obras executadas, estávamos também exigindo do Poder Executivo que fizesse constar do Orçamento para os anos seguintes os valores correspondentes àquela dívida contraída mediante o aceite das duplicatas emitidas pelos empreiteiros.

É possível que o atual Governo pretenda usar esta parcela de dinheiro para o resgate daquela dívida.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Mas, já não estava prevista no Orçamento?

O sr. Ivo Tomazoni — É possível, nobre Deputado. V. Exa. não desconhece que o Governo tem que se valer deste expediente, diante de uma programação prioritária de empréstimo. Por que dizer-se que as duplicatas emitidas à conta da construção da estrada, por exemplo, Pato Branco Três Pinheiros, não deva ser feita com esta ou qualquer dinheiro que possa ser injetado no Tesouro do Estado.

Quando se fala em obras de infra-estrutura realizadas ou por realizar, quero crer que todos estamos confiantes que aquelas realizadas e não pagas também estão dentro das previsões do Governo do Estado.

Não vejo razão, nobre Deputado, por que se procura dificultar tanto o entendimento que nós temos do problema e da matéria. Perdôe-me V. Exa. e muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Perdôe V. Exa. Há uma diversidade de posições muito grande entre este Deputado e V. Exa., na apreciação da matéria. É que V. Exa. entende que a sua posição é de irrestrita confiança, e eu entendo que tenho de confiar, fiscalizando. E eu gostaria de saber as obras às quais o Governo destina o empréstimo solicitado. Acho que é uma satisfação que ele deve a esta Casa. Deveria, juntamente com a Mensagem, mandar sua programação de obras, destinando especificamente as parcelas do empréstimo solicitado. Justamente neste ponto é que discordo de S. Exa.

Eu confio no sr. Governador do Estado. Se ele não tivesse condições de informar aonde vai aplicar o dinheiro, confiaria e votaria apenas em termos de confiança. Entendo que S. Exa. deve possuir um plano, e teria de remetê-lo a esta Casa. E sabe V. Exa. que o meu partido vem cobrando sistematicamente a remessa desse plano. S. Exa., o sr. Governador, em vez de ter vindo à esta Casa em 31 de março, falar mal de Paulo Pimentel, deveria ter vindo falar desse plano, que já vai se tornando um plano fantasma.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Não pretendo ser impertinente. V. Exa. está me propiciando um diálogo que para mim é uma honra.

Vejá, nobre Deputado, como nós fazemos talvez um entendimento diferente. Não porque eu confie demais, nobre Deputado, ou porque V. Exa. deixe de confiar demais.

Nobre Deputado, o que é um plano de obras? Ele é válido, desde que conste do orçamento anual e pluri-anual. E a este Governo ainda conta, — é por força da própria Constituição — não lhe foi permitido ter o plano de

obras aprovado por esta Assembléia Legislativa, porque ainda está dentro do prazo para a remessa deste plano de Lei.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Então não há razão para se pedir empréstimo.

O sr. Ivo Tomazoni — É aí que eu quero chegar. Se o Governo do Estado souber que pode contar com estes recursos, poderá acrescentar no plano de obras mais tais e tais obras: a, b, c, d, etc.

É uma autorização que nós estamos dando, sem a qual ele nem sequer poderá procurar os recursos, porque não está autorizado para tal.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — O raciocínio de V. Exa. não condiz com o brilhantismo da inteligência de V. Exa. A situação é justamente o inverso. Ele tem que propor o plano de obras para pedir o dinheiro, e não pedir o dinheiro para depois propor o plano de obras. V. Exa. labora em erro. O Governo teria primeiramente que formular o seu plano de obras, e depois solicitar a esta Casa o empréstimo para realizá-lo. Pediu um cheque em branco. Dêem-me o dinheiro que eu vou descobrir as obras. V. Exa. se equivoca.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Faria uma pergunta. Sabe V. Exa. qual o tempo que demanda entre a autorização legislativa e a obtenção do empréstimo propriamente dito, com órgãos internacionais? Seria, nobre Deputado, a elaboração do orçamento; veremos se conseguiremos o dinheiro depois. E, em não se conseguindo o dinheiro, ficaria V. Exa. a reclamar que o Governo do Estado elaborou um plano de obras impossível de ser executado, por falta de recursos. Vamos autorizá-lo a fazer gestões no sentido de obtenção desses recursos.

Gestionar para obter, sem autorização legislativa, aí sim, estaria o Governo cometendo um grave erro; seria confiar demais nesta Casa, fazendo pré-suposição que nós poderíamos conceder a autorização. Acho que o Governo está certo, fazendo isto.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Outro equívoco de V. Exa.. Não entendo como V. Exa. diz que seria um erro do Governo gestionar para obter o empréstimo, antes de obter a autorização desta Casa. Não seria erro, porque a conversa estaria em termos informais. Além disso, o Governo pode contar como certa a aprovação de seu pedido, pois que tem 36 Deputados dedicados como V. Exa. nesta Casa...

Jamais teria dúvida na hora de obter autorização para contrair o empréstimo.

Eu quero dizer mais a V. Exa.. Foi justamente para prestar estes esclarecimentos que V. Exa. faz neste momento, que nós pretendemos a presença do sr. Secretário da Fazenda. E isto nos foi negado.

E quero dizer, além do mais, que estas gestões sem autorização da Assembléia, que eu não critico, mas que V. Exa. critica, já foram iniciadas, porque, ao que me consta, o sr. Secretário da Fazenda não foi ao exterior apenas para passear. S. Exa. deve ter ido fazer contactos para obtenção desse empréstimo.

O Sr. Ivo Tomazoni — Apenas para eximir o sr. Secretário da Fazenda de uma responsabilidade que ele não tem. Não é verdade que S. Exa. tenha ido aos Estados Unidos procurar obter este empréstimo. E V. Exa. já deve saber qual o motivo principal da viagem do Secretário da Fazenda ao Exterior.

Não pode um Governo manter conversas informais com órgãos internacionais. O Governo está sendo procurado, desde sua instalação, por representantes de vários grupos económicos, que dizem ter à disposição do Governo do Estado determinadas importâncias.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Então é conversa informal.

O sr. Ivo Tomazoni — Mas ao Governo não cabe iniciativa sem autorização legislativa. Não vamos comprometer o Governo em responsabilidades

que ele não tem. Pretende a autorização legislativa, no sentido de obter. A ARENA acha que pode conceder. Vs. Exas. põem dúvidas, através de brilhantes pronunciamentos que o MDB faz na Tribuna, e perguntamo-nos se estamos errados. Mas temos procurado nos assessorar, na medida do possível, e estamos certos de que não há ilegalidade na Mensagem que estamos votando. Apenas que se corrija isto no entendimento da opinião pública que, mal informada por esta dúvida suscitada ontem na Tribuna, está a pretender nos picar, achando que o Estado pretende um empréstimo por meios inconstitucionais.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Pode não ser inconstitucional, mas é um cheque em branco. Mas, não pretendemos focalizar o assunto sob o aspecto de constitucionalidade, mas sob a forma de boa educação. Entende que houve uma grande desconsideração para com os srs. Deputados. Nem um filho quando pede dinheiro a seu pai, nega-se a dar a destinação da importância pedida. Se o Governo precisa da autorização desta Casa, deveria ter a consideração de, ao solicitar, dar a destinação da importância pedida. É contra isto que me insurjo. Houve uma grande desconsideração para com a Casa, que poderia ter sido contornada com a presença do sr. Secretário da Fazenda. Seria a valorização desta Casa, seria algo de promocional para o Governo: daí eu voltar ao ponto inicial de minhas palavras, quando dizia que falta ao Governo uma assessoria política de alto nível. E isto lhe é prejudicial, porque vemos que a imagem de S. Exa. no Estado é negativa, e também fora dele, por falta de assessoria. É preciso que S. Exa. se cerque de melhor assessoria, para evitar tomar medidas que colidam frontalmente com a opinião pública do Estado e fora dele.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Falando em assessoria, ao que V. Exa. se referiu muito bem, quero ler aqui, de certa forma contestando o que diz o deputado Ivo Tomazoni a respeito de ilegalidade, o artigo 3.º do Projeto. V. Exa. tem toda a razão quando fala em assessoria, e está prestando um grande serviço ao Governo, lembrando da necessidade de chamar a atenção de certos assessores.

Diz o artigo 3.º: "Para obtenção de empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente Lei, fica o Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná S.A. e/ou Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., autorizados a..." (?)

Ora, desde quando uma Assembléia Legislativa tem o poder de autorizar a entidades privadas, a sociedades anônimas regidas por regulamentos especiais, a conceder financiamentos? Desde quando?

O sr. Ivo Tomazoni — É aval em nome do Governo.

O sr. Nivaldo Krüger — Mesmo assim. Há um grande equívoco, e o deputado Sebastião Rodrigues tem toda a razão. O que não queremos é que se passe um atestado de pouco entendimento a esta Casa. Qualquer dos advogados presentes é testemunha disto. Procuramos colaborar. V. Exa. disse que a Bancada da ARENA quer dar, a Bancada do MDB também quer dar, conceder, mas dentro de normas mais corretas. O que não queremos aceitar é um erro da Assessoria do Governo.

O deputado Muggiati Filho, ontem, apresentava uma emenda corrigindo esta falha. Um erro pode ocorrer, somos humanos, todos temos falhas. O que pretendia ontem, com a emenda, o nobre deputado Muggiati Filho era corrigir uma falha profunda, e punha as coisas nos devidos lugares. Então a Assessoria Governamental compromete o Governo.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — A redação do artigo 3.º é de péssima técnica.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Ontem, na Tribuna, fiz menção ao tempo do verbo ficar, e presumi que, no Projeto estivesse certo, e que o Avulso que vem para esta Casa é que estivesse errado. Porque, caso fortuito, um erro pode ocorrer na elaboração

do Ávulso. Mas, hoje, chegando a esta Casa, verificando o texto que se encontra sobre a Mesa, verifiquei esta coisa absurda em matéria de Português: "fica autorizados". É o que está escrito lá, o verbo em dois tempos, singular e plural.

De modo que é isso que está escrito. E como disse bem V. Exa., não podemos imputar ao sr. Governador, trazer um texto de lei com o verbo ora no singular, ora no plural. E como são diversas as entidades a emitirem as notas promissórias, deveria ser: "ficam autorizados".

Como não gosto de estabelecer polémica sobre quaisquer assuntos, nem polémicas paralelas, mas desejo, neste momento, contestar o que disse o deputado Ivo Tomazoni, sem o embargo e respeito que nos merece S. Exa., não se trata de "aval", trata-se de "emissão". Emissão é uma coisa, aval é outra, bem diferente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Entendo como V. Exa., nobre Deputado. Mesmo excluindo o erro de Português, o artigo é de péssima técnica.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Quero crer, nobre Deputado, que não é erro propriamente de concordância e sim ausência de uma expressão. Porque a Assessoria do Governo, no artigo 3.º, poderia dizer: "Para obtenção de empréstimo, o financiamento a que se refere a presente lei, fica o Governo do Estado "através"... Talvez a ausência dessa expressão torne o artigo incorreto.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Acho que é mais fácil considerarmos o erro do que antever a ausência de uma expressão.

O sr. Ivo Tomazoni — Não vamos atribuir à Assessoria Governamental um erro tão grosseiro.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Mas suprimir uma palavra também é erro.

O sr. Ivo Tomazoni — Mas, um erro de datilografia pode acontecer. Mas não um erro de Português, porque a Assessoria do Governo é toda constituída de bacharéis e economistas. Não lhes falta o gabarito universitário, a não ser que se pretenda dizer que nossas universidades não atendem a seu fim precípua.

Quero crer que houve, ao datilografar esta Mensagem, a ausência dessa expressão, porque é a única que posso ver no artigo 3.º. "Fica o Governo do Estado do Paraná, através do Banco do Estado do Paraná, do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., autorizado a emitir, etc."

O sr. Mugiatti Filho — V. Exa. permite um aparte? (Consentimento) — Gostaria apenas de acentuar, porque me detive longamente no estudo da redacção desse texto para poder compreendê-lo e sentir aquilo que o Governo pretende com o que aqui se acha escrito. Não seria o caso da inclusão da palavra "talvez"...

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Teria que ter um "do".

O sr. Mugiatti Filho — ...porque adiante está "autorizados". Continua o erro de português também; mas o que realmente existe, é que o Governo pretende emitir, pelo menos e a única conclusão certa, juntamente com o Banco do Estado e o BADEP. E o que não convence ainda, é a parte final do artigo 3.º "transferíveis e com o aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A., ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. E no início a autorização é para o Governo do Estado. "Para obtenção de empréstimos ou financiamentos, fica o Governo do Estado" não através do Banco do Estado do Paraná. "Fica o Governo do Estado", então faltou simplesmente um "m". Isso pode ser até descuido da datilógrafa que redigiu o texto no Palácio, mas faltou a devida revisão. Porque a ausência, — para não falar na técnica, — apenas na parte relativa ao português, de um "m", deixaria no plural. Mas a mensagem está ora no singular, ora no plural, quando deveria ser num ou noutro. Não se trata de erro de concordância, mas de gramática.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Quem dera que as omissões do Governo, fossem apenas no campo da datilografia! Eles existem em termos muito mais amplos, nos demais setores, e eu confesso que me encontro verdadeiramente decepcionado com a desconsideração que, repetidas vezes, tem demonstrado por esta Casa o sr. Governador do Estado. Ainda agora é isto que vejo nos termos vagos da Mensagem em discussão, verdadeiro pedido de um “cheque em branco”, uma vez que a mesma não traz as obras ou despesas em que o governo pretende aplicar o empréstimo solicitado. Estes esclarecimentos é que desejava o meu partido quando pretendeu, no requerimento recusado por esta Assembléia, convocar o sr. Secretário da Fazenda para, aqui, prestá-los. Vou insistir outra vez no assunto e, por isso, endereço à Mesa um requerimento de informações, as mesmas que pretendíamos obter, pessoalmente, do sr. Secretário da Fazenda. Quem sabe S. Exa., embora não possa vir a esta Casa, disponha, pelo menos, de alguns minutos para honrar-nos com a sua resposta?

Formulo o requerimento com base na Constituição de nosso Estado, que admite o pedido de informações quando se refere à matéria em tramitação pela Casa ou, então, tratando-se de relevante interesse público. E espero vê-lo aprovado, afinal, remetido ao sr. Secretário da Fazenda para as necessárias providências.

O dispositivo de nossa Constituição, em que fundamento o presente pedido, é o mesmo que, na Constituição Federal, rege, quanto à matéria, os trabalhos da Câmara dos Deputados. Cumpre destacar-se, entretanto que nas condições do disposto na Constituição, tais requerimentos, na Câmara dos Deputados, independem da aprovação do Plenário, entendimento esse que, penso, deveria prevalecer também nesta Assembléia, pois o Regimento Interno não pode se sobrepor ao texto constitucional.

Deixo, finalmente, o meu apêlo à bancada governista para que, em oportunidades futuras, permita a vinda a esta Assembléia dos srs. Secretários de Estado. Suas presenças dirão muito bem do governo de que participam e, jamais, como parece ser o entendimento da maioria, irá diminuí-lo. Muito pelo contrário, eleva a todos.

Era só, sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao segundo orador inscrito, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e nobres srs. Deputados. Gostaria de abordar também alguns aspectos da Mensagem do Governo, reforçando em parte a tese do MDB. Todavia, o exmo. Sr. Presidente da Casa nos avisa que temos apenas cinco minutos. E eu quero aproveitá-los para dizer, desta Casa, da situação da Secretaria de Educação. Uma denúncia quase nos mesmos termos daqueles que fiz contra o Instituto de Identificação. Só que do Instituto de Identificação era justificável a falta de elementos humanos, equipamento moderno, e a da Secretaria de Educação não é justificável, porque nós que conhecemos bem a vida da Secretaria de Educação, que sabemos que por ali passaram grandes homens como Cândido Martins de Oliveira, Carlos Alberto Moro, Nelson Fanaya, Nivon Weigert e tantos outros que, além de emprestarem a sua colaboração à causa do ensino do Paraná, eram cortezos no tratamento das partes que ali adentravam e procuravam aquela secretaria de Estado para buscar soluções de alguns problemas pessoais. Não quero, absolutamente, atacar o atual Secretário de Educação e Cultura, porque o reconheço um homem de bem. Sou contrário até mesmo aos ataques que S. Exa. tem recebido, não só nesta Casa como da própria imprensa, porque conheço muito bem o Sr. Haroldo Carvalhido. Sei do seu grande espírito público, da sua honestidade, e da colaboração que deu quando Presidente do Conselho Estadual de Educação. Sei que só tem um objetivo de estar na Secretaria de Educação e Cultura, porque não é por vaidade; é um dos militars brilhantíssimos que tem as

nossas Forças Armadas. Não precisaria a Secretaria de Educação para promover-se e, se lá está é porque tem o desejo de servir à causa do ensino; mas S. Exa. precisa reformular seu Gabinete, sua direção, porque tem uma senhora muito mal educada na Secretaria de Educação, chamada Ada Ginesti. Uma senhora que, se não fôsse a sua condição de mulher, eu até a qualificaria aqui em outros termos. Ela recebeu as professoras que a procuravam naquela Secretaria, professoras com mais de 10 anos de Magistério, nomeadas por concurso, entre elas uma professora normalista que está lecionando numa escola isolada, e que pretende lecionar num dos Grupos Escolares mais próximos, porque o próprio Estatuto do Magistério lhes concede este direito, e uma outra senhora nomeada também por concurso, procuraram a "madame" Ada Ginesti, que as recebeu com pedras nas mãos. Ora, este servidor público recebe dos cofres públicos; portanto, tem que tratar bem o povo, tem que fazer aquilo que faz o seu chefe, Haroldo Carvalho, quando não pode atender uma reivindicação de uma parte, trata com urbanidade e delicadeza, procurando explicar as razões porque não pode atender; esta é a função de um homem público. Então eu quero deixar aqui o meu apêlo para que a Secretaria de Educação e Cultura faça um remanejamento no seu Gabinete, nas chefias; não em todas, é lógico, mas principalmente com relação à "madame" Ada Ginesti, que é realmente muito mal-criada, e não tem condições de atender ao público, que é quem lhe paga os vencimentos, porque quem vai à Secretaria de Educação é o contribuinte e, sem o dinheiro do contribuinte, o Governo não teria dinheiro para pagar os vencimentos do funcionalismo público. Portanto, o povo merece respeito, e o sr. Secretário deve advertir esta senhora, para que trate com urbanidade, decência e respeito às pessoas que procuram o seu Departamento. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Quielise Cristóvão, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 126-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 18-71, encaminhando Anteprojeto de Lei solicitando autorização ao Poder Executivo para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), para os fins que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Em regime de urgência.**

Para discutir, tem a palavra o nobre deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Depois de assistirmos a passagem, por esta Tribuna, do nobre deputado Sebastião Rodrigues, depois de ouvirmos uma aula de português dada pelo mesmo Deputado quando, até certo ponto, põe em dúvida a honorabilidade do Governador do Estado, queremos, nesta oportunidade, transmitir...

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Não iniciei ainda o meu discurso.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Já iniciou, sim.

O SR. JOÃO MANSUR — Concedo o aparte.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. diz que ainda não iniciou, e diz

que coloquei em dúvida a honorabilidade do sr. Governador; não quero nem imaginar o que vai dizer até concluir seu discurso.

Não coloquei em dúvida, um momento sequer, a honorabilidade do sr. Governador. O que coloquei em dúvida foi a consideração do sr. Governador para com esta Casa. Acho que S. Exa. deveria esclarecer os motivos pelos quais deseja a autorização para este empréstimo. Jamais disse que a destinação não seria correta. Pelo contrário, V. Exa., vendo as notas taquigráficas, poderá ver que disse, insisti até, que acredito sinceramente que o Governo deseja dar boa destinação a este empréstimo.

Feitos estes esclarecimentos, a bem da verdade, tenho a dizer que não coloquei em dúvida a honorabilidade do sr. Governador, porque não tenho motivo nenhum para fazê-lo; quando tiver o farei.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado e fico satisfeito em ver que o deputado Sebastião Rodrigues confia no Governo do Estado.

Deputado Sebastião Rodrigues, na exposição que fiz na sessão de ontem trouxe ao conhecimento desta Casa parte do programa do Governo do Estado do Paraná com relação ao plano rodoviário do Estado. Fique certo, nobre Deputado, que se o Governo do Estado executar somente aquilo que dei conhecimento através da Tribuna, estes oitocentos milhões de cruzeiros não serão suficientes. Sabe V. Exa. que existem as demais Secretarias de Estado que o Governo terá que atender, como Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança e outras que integram a administração pública do Paraná.

O nobre Deputado afirma que o Governo manda a esta Casa uma Mensagem pedindo autorização para um empréstimo até oitocentos milhões de cruzeiros e não fundamenta a solução. V. Exa. não há de querer que a esta Casa seja enviado um pedido de autorização simplesmente e já paralelamente indicando as obras e o quanto que seria aplicado. Todos sabem que os pedidos de financiamento demandam a aprovação do Senado, do Banco Central da República e inclusive dos investidores. Não sabemos se o Governo tem condições de atingir este seu objeto.

Se tivesse mandado paralelamente a solicitação do empréstimo, já as obras, especificamente com as importâncias a serem gastas, e se não conseguisse o quanto necessário, algumas obras seriam cortadas, criar-se-ia um problema político que acarretaria para o Governo do Estado inúmeras preocupações. Por exemplo, se estivesse incluída uma obra de sua região, e o Governo não atingisse o quanto pedido nesta Mensagem, tivesse que cortar esta obra, seria V. Exa. o primeiro a assumir esta Tribuna para dizer que estava havendo uma perseguição por parte do Governo, porque era um Deputado da oposição que defendia a construção daquela estrada.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Veja V. Exa. o cuidado que o Governo está tomando a fim de conduzir da melhor forma possível a administração pública de nosso Estado.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Havia pedido um aparte a V. Exa. e naturalmente o nobre Líder não ouviu. Mas, exatamente no instante em que eu pedia novamente o aparte a V. Exa., V. Exa. abordava o ponto crucial deste problema. É claro, nobre Deputado, é evidente, nobre Líder, que S. Exa. o sr. Governador, ao pedir uma autorização de empréstimo até oitocentos milhões de cruzeiros, empréstimo externo, não poderia, claro, evidente, natural, já traçar, de antemão, a aplicação desta verba, como bem V. Exa. acaba de explicar. Porque se esta autorização for concedida, não quer dizer que nos dêem esse montante. Poderiam nos dar a metade dessa importância. E como ficaria a situação do Governo se recebesse um empréstimo de quatrocentos milhões de cruzeiros, e tivesse divulgado, publicado, planejado a aplicação de oitocentos milhões? Os membros do MDB são inteligentes, hábeis, e me parabenizo com essa gente, por-

que, com essa astúcia e inteligência que caracteriza a Bancada da Minoria, estão em seu legítimo papel. Queriam, — e querem, é claro, — que o Governo fizesse o que não pode fazer. Queriam que promettesse, planificasse, e depois tivesse cortar a aplicação, porque não recebeu aquele empréstimo. Então viriam, como bem disse V. Exa., Deputados do Sudoeste e do Oeste, cobrar do Governo: V. Exa. prometeu uma estrada entre Pato Branco e determinada cidade, no entanto, V. Exa. não fez.

O Governo está agindo com inteligência, nobre Dputado, com prudência porque está pedindo empréstimo. E uma vez concedida essa verba, aí sim, naverá o plano de aplicação.

Era o aparte, pois V. Exa. estava abordando exatamente este ponto, no momento em que solicitava.

O SR. JOÃO MANSUR: Agradeço. Realmente, vem de encontro aquilo que eu estava abordando com o nobre deputado Sebastião Rodrigues.

Nobre deputado Sebastião Rodrigues, eu quero, a título de esclarecimento ainda, dizer a V. Exa. aquilo que aconteceu com este Deputado que vos fala neste instante.

Havia no Governo passado, o compromisso de uma promessa da realização de uma estrada, pela qual eu me bato há mais de 16 anos nesta Casa, e que era a estrada Palmeira-Irati-Relógio. E esta estrada não teve sua obra continuada. Então, eu rompi com o governo passado. Por esta razão.

Imagine, nobre Deputado, se hoje o Governo colocar neste seu plano esta minha estrada e amanhã não realizar, — não precisa ser um Deputado da oposição — este mesmo deputado que hoje apóia o Governo, voltaria com a mesma independência que fez no Governo passado, romperia com este governo.

De modo que acho que o Governo está certo e está se conduzindo com acerto, procurando imprimir ao nosso Estado, uma administração condizente com o esforço, com o trabalho de nossa gente.

Nobre Deputado, Sebastião Rodrigues, eu não quis, na oportunidade que V. Exa. ocupava esta Tribuna, não quis apartear-lo, afim de não prejudicar o raciocínio de V. Exa. Mas V. Exa. foi injusto quando disse a esta Casa, quanto aos Secretários de Estado, que esta Casa negava, sistematicamente, pedidos. O primeiro pedido de convocação foi esse. E veja, nobre Deputado, eu passei a manhã inteira no Departamento de Estradas de Rodagem, atendendo à solicitação de um Deputado da Bancada de V. Exa., o deputado Alvaro Dias. A exemplo do que fiz ontem, ao deputado Muggiati Filho, com relação a uma estrada da sua região e do seu interesse.

E ontem trouxe ao deputado Muggiati Filho as informações de que a estrada que ele tem interesse, que a estrada de Arapongas-Astorga, se encontra no plano, e será construída.

Como trouxe também ao deputado Alvaro Dias, a informação de que a Estrada que ele tanto defende, na sua região, que é a Estrada Valta-Sertãoópolis, já se encontra contratada, Valta-Bela Vista.

E quero ir além. Quero ser fiador desta informação que eu trago à Casa. Passei o resto da manhã na Secretaria da Fazenda, no cumprimento daquele compromisso que havia assumido com a Bancada do MDB, de que traria a esta Casa os elementos que S. Exa. o Secretário da Fazenda tivesse em mãos. Trago dados que respondem, em parte, os quesitos formulados naquele requerimento do nobre deputado Nivaldo Krüger. E trago mais. Trago a manifestação do Secretário da Fazenda, dr. Lineu Klüppel, de que está à disposição da Assembléia Legislativa para vir aqui à hora que assim entendermos, para debater com todos os Deputados, independentemente de cor partidária. Só pediu que transmitisse aos Deputados que ele gostaria de estar aqui presente no final do mês, quando estaria completando a implantação de um sistema que ninguém desconhece, que irá em muito beneficiar a máquina arrecadadora do Estado. Então eu disse ao sr. Secretário que,

talvez, no final do mês, esta Casa já não estivesse funcionando. Assim ficou acertado que nos primeiros dias de agosto, depois de entendimentos que vamos manter com S. Exa., estaria aqui com "slides" e com a documentação necessária, a fim de trazer todos os esclarecimentos que por ventura esta Casa deseje a respeito do que se está passando naquela Secretaria e na administração pública do Estado.

Trago hoje, para conhecimento dos senhores, o endividamento externo até 1975, e temos aqui um quadro oficial:

D.E.R.	17.714.068	(dólares)
TELEPAR	28.604.419	"
C.E.F.C.P.	28.551.300	"
COPEL	13.206.103	"
SEC. SAÚDE	208.112	"

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para nosso perfeito entendimento, será esta a distribuição do empréstimo que será feito?

O SR. JOAO MANSUR — Este é o endividamento do Estado, existente atualmente. Endividamento externo.

Dentro de um programa de liquidez nos anos de 71, 72, 73, 74 e 75, assim distribuídos.

Em 71, 15 milhões e 449 dólares, que representam 80 milhões e 400 mil cruzeiros, em números redondos.

Em 72, 22.981.770 (dólares)

Em 73, 22.348.204 "

Em 74, 17.511.021 "

Em 75, 9.993.202 "

Num total de 88.284.002 dólares que, transformados em cruzeiros, representam 560 milhões de cruzeiros.

Esta a dívida externa, hoje, do Estado. De modo que parte deste empréstimo solicitado nada mais representa do que a prorrogação desta dívida.

Temos aqui também, de acordo com o Orçamento plurianual, de investir em:

71	566.657,00	(cruzeiros)
72	653.072,00	"
73	597.842,00	"

Num total de 1.817.571,00 "

O SR. JOAO MANSUR — Eu confesso, sr. Presidente, srs. Deputados, que sai também, hoje pela manhã, daquela Secretaria de Estado, convencido, mais do que nunca, da necessidade e grande oportunidade de que um homem do gabarito intelectual do sr. Secretário da Fazenda do Paraná aqui compareça, para discutir com os srs. Deputados os problemas financeiros do nosso Estado.

Realmente, o dr. Lineu Klüppel é um homem que conhece, e conhece muito, o problema financeiro e, principalmente, o problema administrativo.

De modo que, no cumprimento do meu dever, tenho procurado, no desempenho da Liderança do Governo, trazer, sempre que possível, esclarecimentos aos srs. Deputados.

E entendia, como entendo, que pudesse a nobre Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, também no cumprimento do seu dever, se satisfazer com estes esclarecimentos que temos procurado trazer de fontes de crédito da Administração de nosso Estado.

Mas, nem por isso, quando nós ontem, negamos apoio ao requerimento do nobre deputado Nivaldo Krüger, não foi no sentido de evitar que o sr. Secretário da Fazenda aqui comparecesse. Porque disse bem o nobre deputado Sebastião Rodrigues: é promoção para o Governo do Estado, e muito mais para o próprio Secretário da Fazenda do Paraná, a sua presença nesta Casa. O que não entendo, o que não compreendo, é que um homem

que vejo requisitado do Governo Federal, quando ocupava alta função no Ministério da Fazenda, para colaborar na administração do Estado, seja convocado por esta Casa.

Mas, ele virá, a meu convite, com a máxima satisfação, no dia 1.º de agosto, para prestar todos os esclarecimentos necessários com relação à sua Pasta e ao endividamento do Estado.

De modo que não vejo razão para que a nobre bancada do MDB não dê apoio a esta Mensagem Governamental, que nada mais quer do que um reforço, a fim de poder, através de obras, através da recuperação de seu parque de máquinas, através do reaparelhamento da Polícia do Estado, através da Secretaria da Saúde, levar a todos os recantos do nosso Estado, e principalmente aos homens que lutam e sofrem no Interior do Paraná, os recursos e os atendimentos tão necessários para que tenham as mínimas condições de continuarem ajudando o engrandecimento do Paraná.

É este o objetivo do empréstimo, sem que o Governo do Estado do Paraná não terá condições de atendimento; será apenas mero pagador de funcionários públicos. Porque, ninguém desconhece que, hoje, a arrecadação do Estado é da ordem de 70 milhões de cruzeiros, e que a folha de pagamento do Estado é de 50 milhões de cruzeiros.

Imaginem, srs. Deputados, se com um superávit de 20 milhões de cruzeiros, o Governo tivesse que enfrentar novos investimentos, estradas, escolas, saúde pública, e tivesse ainda que arcar com a amortização dessa dívida externa que acabei de transmitir aos srs. Deputados.

De modo que espero que, com esse esclarecimento, possa levar a Bancada do MDB a dar apoio a esta Mensagem Governamental, e aqui fica o nosso compromisso de que nós, também, como paranaenses que somos, iremos fiscalizar a aplicação, porque esta terra é nossa e nós desejamos, realmente, o engrandecimento do Paraná e o bem estar de sua gente.

Com relação aos demais itens formulados no requerimento do nobre deputado Nivaldo Krüger, S. Exa., o sr. Secretário da Fazenda, não dispunha, no momento, dos dados necessários, mas se compromete, a por ocasião de sua visita a esta Casa, trazer todos esses esclarecimentos, para concimimento da Assembléia Legislativa, razão porque espора a compreensão e confio no espírito público dos srs. Deputados, de que jamais a negativa, por parte de nossa Banca, ontem, àquele requerimento, fôsse no sentido de impedir que essa autoridade aqui comparecesse.

Iremos gestionar junto aos demais Secretários de Estado, para que eles, espontaneamente, aqui compareçam para um debate franco com todos os Deputados, a fim de que cada um, no cumprimento de seu dever, possa conhecendo o programa de governo, levar às suas regiões, ao povo que representa aqui nesta Casa, aquilo que o governo irá realizar em favor do Paraná e de sua gente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Projeto de Lei n. 126-71.

O SR. MUGGIATTI FILHO — (Para discutir) Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de cumprir o nosso objetivo nesta Tribuna, nosso objetivo principal, que é fazer inserir nesta Casa uma declaração de voto ao Projeto de Lei n. 126-71, desejamos, num rápido prólogo, e preliminarmente, agradecer as referências há pouco feitas nesta Tribuna, pelo eminente Líder da Bancada governista, deputado João Mansur. Queremos declarar que entendemos plenamente aceitáveis e até certo ponto nos regozijamos com suas declarações. Votaremos, no entanto, com a ressalva que ora fazemos, de acordo com a Liderança de nossa Bancada. Acompanharemos o Líder da Bancada do MDB na votação dessa matéria. Apenas, com relação às afirmações do eminente Líder Arenista, gostaria de acentuar que não entendemos, em absoluto, que possa ter sentido pejorativo a convocação de um Secretário de Estado ou mesmo de um Governador do Estado por parte da Assembléia Legislativa. O

Artigo 20 da Constituição ora em vigor, na Emenda n. 13, estabelece como obrigação precípua do Secretário de Estado, o seu comparecimento diante do Plenário. Diz o Artigo 20: "Os Secretários de Estado serão obrigados a comparecer perante as Comissões ou o Plenário da Assembleia Legislativa quando este os convocar, para, pessoalmente, prestar informações acerca do assunto previamente determinado".

De modo que compreendemos também perfeitamente as homenagens tributadas pelo eminente Líder a um homem enviado, de confiança do exmo. sr. Presidente da República, mas, acima de tudo, principalmente por ser de confiança de S. Exa. o sr. Presidente da República, que é um homem inatacável no cumprimento e no respeito às leis vigentes no País. Entendemos que o sr. Secretário de Estado não possa entender, não possa atribuir qualquer caráter menos digno a uma convocação que se lhe faça com amparo no dispositivo Constitucional. É tarefa dele, e um servidor do Estado e, consequentemente, um homem obrigado a respeitar as leis do nosso Estado. Realmente, esse Projeto tem suscitado nesta Casa as mais variadas opiniões no tocante, inclusive, a interpretação legal. Nos não vamos nos estabelecer nestes debates, e temos externado a nossa opinião de que, se por um lado consideramos indispensáveis, certos esclarecimentos, por outro lado também entendemos que o Governo tem que ter uma elasticidade na sua ação, e que ele não ira executar este Projeto em um ano, irá executá-lo parceladamente. E as autoridades federais, principalmente as autoridades federais do Conselho Monetário Federal, do Ministério da Fazenda, do próprio Governo da República, estarão atentos à tramitação destes empréstimos, mas não podemos acentuar, sob nenhuma forma, uma argumentação como aquela que endereçou à nossa Bancada, o ilustre deputado Paulo Roh. Como sempre S. Exa. disse que a Bancada do MDB é culta, é astuciosa, mas quer aquilo que o Governo do Estado não pode fazer, e, para justificar as suas ironias, disse que o Governo do Estado não tem plano algum, porque ele, primeiro precisa dinheiro, para depois elaborar o plano de Governo. Foi, salvo melhor juízo, melhor interpretação, o que depreendemos de seu discurso. Isto, em grande parte, veio contradizer o que tem dito o próprio Líder da eminente Bancada da Maioria nesta Casa, que vem sustentando há dois ou três dias, o plano rodoviário do Governo do Estado com um dos principais objetivos deste empréstimo, e o pagamento de obras atrasadas.

Nós, nestas ideias que estão trocadas, vimos duas emendas — para não cogitar já da nossa Emenda — serem rejeitadas. E como justificativa daquilo que afirmamos, que deve haver, evidentemente, elasticidade na execução de um plano destes, mas é preciso que, por outro lado, haja uma justificativa, haja uma exposição de motivos que convença o legislador da necessidade de legislar para tal caso; diante disso, nós vemos reivindicações, por exemplo, do Município de Curitiba, no setor rodoviário, e como bem acentuou o nobre deputado João Mansur, existem outros setores ainda a serem atendidos pelo Governo, cuja importância, totalizaria talvez um absurdo, se todos os setores fôsssem a um só tempo atendidos. Da, a necessidade de que exista realmente um plano prioritário de obras, porque, como bem acentuou o nobre deputado Erondy Silvério, as ligações com as cidades vizinhas de Curitiba, são importantes, eu reputo, é um ponto de vista meu, pessoal, mas defendendo o intransigentemente, a necessidade maior da população Curitiba, no momento, seria o serviço de Água e Esgotos. Porque nós vimos o esgoto à solta em uma das vias públicas da nossa Capital...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu estou de pleno acordo com as palavras de V. Exa. Acontece que a Mensagem Governamental trata quase que exclusivamente do plano de obras rodoviárias; é a razão da nossa Emenda. Agora, a grande necessidade de Curitiba, é realmente a sua rede esgotos. Ela foi iniciada no Governo de Moisés Lupion, em 1956, e parou lá no Prado Velho. Ninguém

anexou porque é uma obra que fica em baixo da terra. E como V. Exa. sabe, tudo aquilo que fica por baixo da terra, não dá cartaz para o Governo. E a luta que se tem travado nesta Casa, é realmente para que o Governo transfira de uma vez por todas este serviço, que vai encontrar financiamento no exterior, para dotar Curitiba de uma rede de água e esgotos. Este seja talvez, um dos problemas mais graves e mais sérios para a população curitibana. V. Exa., nobre Deputado, tem razão para empreender esta luta em favor da população de Curitiba, cujo objetivo é dar à nossa Capital um rede de esgotos à altura do progresso e do desenvolvimento de nossa cidade, sem influências políticas, porque aqui só se atende o povo perto das eleições. E sempre quem atende é o candidato "torneirinho" que, passando as eleições, manda a conta que não pode pagar. Era o aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu agradeço o aparte de V. Exa. que veio realmente colaborar nas nossas informações. E assim, da mesma maneira, nos vemos reivindicações do deputado sr. Domicio Scaramella, representante de União da Vitória e lugares vizinhos, que acreditamos sejam o objeto de extenuado cuidado por parte do líder do Governo nesta Casa. Queria prestar, portanto, nesta oportunidade, esta homenagem a S. Exa., o nobre deputado João Mansur. E, como último, num prévio esclarecimento à declaração de voto que iremos ler, desejamos deixar bem acertado que não temos objetivos pessoais com aquilo que está escrito. Para tanto, para que bem escutado fique o que aqui se contém, gostaríamos ainda de abordar um fato verificado na discussão deste Projeto, quando veio a esta tribuna o ilustre Primeiro Secretário desta Casa, deputado Ivo Tomazoni o qual, através de suas elevadíssimas ponderações, disse dos grandes encargos que pesam sobre os nros Deputados que compõem a grande maioria desta Casa, chegaram a confessar que em seus encargos tomava até "cha de cadeira", à espera da solução de seus assuntos.

Este exemplo aqui cito, porque é a confissão clara que entendi, feita por um homem a quem admiro por ser ele atento ao seu dever e respeitador, sobretudo, dos princípios legais e morais. Cito como exemplo para que a Maioria dê um pouco mais de valor à Minoria nesta Casa. O dia em que esta Minoria desaparecer, o que não será muito difícil, a continuar a vida política brasileira pelos caminhos que a conduzem atualmente, quando só há um único partido, essas esperas que hoje possam representar horas, não serão mais horas, serão semanas e meses, porque então haverá apenas uma Bancada nesta Casa, e esta Bancada terá que conformar com a vontade absoluta de seu Partido.

Li, srs. Deputados e acredito que, talvez, tenha sido o último a ler o novo Estatuto dos Partidos. Vejam que através dele não há condições de sobrevivência nas eleições municipais que se aproximam para o Movimento Democrático Brasileiro. Mas, chegará o dia em que nesta Casa se sentirá falta de uma oposição maior, bem maior que a que aqui se encontra no presente. Portanto, não vejam nesta simple declaração de voto qualquer alusão a quem quer seja, mas ela representa também aqui que, sinceramente, concluímos da atual contingência da política brasileira.

(Lendo):

"DECLARAÇÃO DE VOTO AO PROJETO DE LEI N. 126-71"

1. O projeto de lei n. 126-71, de autoria do Senhor Governador do Estado, que pede autorização para contrair empréstimos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), traz o seu artigo 3.º com esta redação:

"Art. 3.º — Para obtenção de empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente Lei, ficam o Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná S.A. e ou Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. autorizados a emitir Notas Promissórias até o valor previsto no artigo 1.º, negociáveis, transferíveis e com aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do

Paraná S.A., ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., res-
peitados quanto a estes as limitações legalmente impostas referentes ao ca-
pital, juros e taxas adicionais, em favor de financiadores estrangeiros”.

2. Da simples leitura do texto acima ressaltam que as autorizações pre-
tendidas atingem, além do Governo do Estado, o Banco do Estado do Pa-
raná S.A. e o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.

3. Visando corrigir tais defeitos, despretenciosamente, ofereceu-se a
emenda de n. 3, rejeitada em Plenário, sem alegações em contrário, a qual
dava ao citado dispositivo uma redação compatível adiantando-lhe um único
parágrafo, desta forma:

Art. 3.º — Para obtenção dos empréstimos ou financiamentos a que
se refere a presente lei, fica o Governo do Estado autorizado a emitir no-
tas promissórias até o valor previsto no artigo 1.º negociáveis e transferi-
veis, ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A. ou pelo Banco de Desenvol-
vimento do Paraná S.A., em favor de financiadores estrangeiros.

Parágrafo único — O Governo, pelas vias competentes, poderá solicitar ao
Banco do Estado do Paraná S.A. e ao Banco de Desenvolvimento do Pa-
raná que também subscrevam mencionadas cambiais como seu emitentes,
operando-se a emissão conjunta das mesmas, e com aval do Tesouro do Es-
tado, sempre que lhe convier”.

4. O Projeto, em regime de urgência, foi aprovado em segunda discus-
são, na sessão de ontem, quando, outras emendas foram massacradas pela
grande maioria governista, inclusive o requerimento da Bancada do MDB,
apoiado em plenário por dois nossos deputados da ARENA, pedindo a pre-
sença do Senhor Secretário da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre os
objetivos do Governo, no tocante a aplicação dos 100 milhões de dólares.

5. E elementar ser imperinente aos legislativos estaduais legislar sobre
matéria já disciplinada por lei federal.

Embora de redação apressada, conclui-se que o Projeto pretende autorizar
também ao Banco do Estado e ao BADEP contratarem o vultoso empréstimo
no exterior, que em moeda estrangeira atingira a US\$ 100.000.000.

Ora, as instituições financeiras, mesmo as públicas, estão sujeitas à Lei
(federal) n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o chamado Sistema
Financeiro Nacional. E, em seu artigo 24, aquele diploma legal assim preceitua
sobre a matéria:

“As instituições financeiras públicas não federais ficam sujeitas às disposi-
ções relativas às instituições financeiras privadas, assegurada a forma de cons-
tituição das existentes na data da publicação desta Lei”.

Para se ter uma idéia da responsabilidade que pesa sobre os Diretores
das instituições financeiras, vale repetir o disposto no artigo 42 da mesma lei:

Os diretores e gerentes das instituições financeiras respondem solidária-
mente pelas obrigações assumidas pelas mesmas durante sua gestão, até que
elas se cumpram.

Parágrafo único — Havendo prejuízos, a responsabilidade solidária se
circunscreverá ao respectivo montante”.

Ora, diante do exposto, não há como possa esta Casa autorizar bancos a
contrair empréstimos. Se tal lhe fosse dado, “a contrario sensu” também lhe
caberia, por certo, deferir descontos ou créditos em favor de quem lhe con-
viesse...

Nem se diga que o artigo 3.º do Projeto encontra suporte no fato do
Governo do Estado ser o acionista maior desses Bancos, pois, a prevalecer
argumentos desta natureza, esta Assembléia Legislativa deixaria de ser o que
é — para se transformar numa Assembléia Geral de Bancos.

E a Lei das Sociedades Anônimas, Decreto-Lei n. 2627 (federal), de 26
de setembro de 1940, dispõe com meridiana clareza sobre a competência pa-
ra deliberar sobre tais problemas, assentado em seu artigo 87:

“A Assembléia Geral em poderes para resolver todos os negócios relati-
vos...”

vos ao objeto de exploração da sociedade e para tomar as decisões que julgar convenientes à defesa desta e ao desenvolvimento de suas operações”.

Além do mais, existem os Estatutos do Banco do Estado do Paraná S.A. e do Banco de Desenvolvimento do Paraná a serem observados.

Com referência ao BADEP, convém lembrar que o mesmo deve representar para o Estado justamente o que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico representa para a União: “principal instrumento de execução política de investimentos” (Lei Federal n. 4.595, art. 23).

6. Configura-se-nos, em conclusão, que uma vez mais se legisla mal, nesta Casa, “data venia”, para não se criar suscetibilidades no Chefe do Governo, que não admite emendas às suas mensagens, salvo raras exceções.

Instalou-se no Paraná um verdadeiro despotismo, tão arrogante quanto o de Luís XIV, no século XVII, parecendo-nos de grande atualidade a celebre frase usada pelo monarca e que caracterizou seu reinado:

“L’Etat c’est moi”.

7. Ressalve-se, entretanto, na humildade da presente declaração de voto, a independência, a lisura e a honestidade de propósitos com que a minoria procura legislar e, notadamente, evitar o grave comprometimento do Poder Legislativo em aprovar texto inegavelmente ridículo como o supracitado artigo 3.º do projeto de lei n. 126-71.

É voto a declarar.

Sala das Sessões, 08 de julho de 1971.

(a) Muggiati Filho”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Nivaldo Krüger, para discutir.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos finalizando a discussão deste tormentoso Projeto de Lei. Finalmente não obtivemos aquilo que esperávamos.

Mas quero, agora, render a minha homenagem ao esforço desenvolvido pelo Líder do Governo, nesta Casa, no sentido de gestionar por todos os meios que lhe foram possíveis, para que a Casa obtivesse as mais amplas informações a respeito do grande financiamento pleiteado pelo Governo do Estado. O deputado João Mansur, com a responsabilidade de Líder do Governo, de Líder do Partido da Situação na Assembleia, fez tudo que estava a seu alcance, como disse S. Exa. Trouxe ao conhecimento da Casa os dados disponíveis, e quero dizer a S. Exa. e a esta Casa, neste instante, que nos sentimos profundamente honrados com a atenção de S. Exa. Não precisaria S. Exa. proceder desta forma, pois o número de votos do Partido da Situação é suficiente para garantir a aprovação da matéria. E faço de público esta manifestação, porque julgo justo se reconhecer aquilo que é de direito ser reconhecido.

Entretanto, srs. Deputados, como S. Exa. muito bem disse, foi impossível trazer todas as informações. E nós compreendemos que assim fosse.

Pleiteamos a vinda do sr. Secretário da Fazenda para prestar esclarecimentos, informações, dissertar sobre os objetivos dos recursos pleiteados em instituições financeiras do Exterior.

S. Exa. não veio e nosso requerimento foi rejeitado.

O Projeto, como muito bem acentuou o nobre deputado Muggiati Filho, há poucos instantes, contém deficiências.

E como muito bem disse o nobre deputado Sebastião Rodrigues, de nossa Bancada, o Projeto peca em alguns pontos fundamentais. Pretende autorizar uma entidade financeira a contrair empréstimo. Mas, não discutirei o mérito do Projeto. Devo dizer que a Comissão de Finanças, pelos seus integrantes, merece todo nosso respeito. Seus membros são homens de larga experiência.

Entretanto, neste Projeto, a Comissão nada disse. Neste Projeto, a Co-

missão de Finanças, cujo voto da bancada do MDB foi em separado, nada informou. Nada. Apenas deu um Parecer favorável.

Ora, srs. Deputados, a Comissão de Finanças, em que pese o respeito que lhe devotamos, no nosso entender, perdeu uma oportunidade excelente de trazer, à esta Casa, informações muito valiosas. Perdeu uma oportunidade excelente de informar os srs. Deputados, em detalhes, sobre todos os aspectos, inclusive poupando ao Líder do Governo, de gestionar junto ao Sr. Secretário da Fazenda. Pois, no nosso entender, uma Comissão deve elucidar, em todos os pontos, matérias de tão grande importância.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, acho que as comissões competentes desta Casa analisam os Projetos nos aspectos referentes às mencionadas Comissões.

A Comissão de Finanças exarou seu Parecer dentro daquilo que lhe facultava o Regimento Interno da Casa e a própria Constituição.

O que a Comissão de Finanças poderia ter dito, no Projeto? Solicitar ao sr. Secretário da Fazenda para que aqui comparecesse e nos esclarecesse sobre o Projeto?

A Bancada de V. Exa. solicitou a vinda do sr. Secretário da Fazenda e, no entanto, apenas se contentou com as explicações do Líder do Governo.

Então, se a Comissão solicitasse a vinda do sr. Secretário, acabaria se contentando com as mesmas explicações. E a coisa continuaria do mesmo jeito.

Acho que a Comissão agiu tecnicamente, dentro de suas atribuições.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. e mantenho meu ponto de vista.

Entendo que a Comissão, não esta Comissão, mas qualquer comissão desta Casa, pode fornecer aos srs. Deputados perspectivas melhores para a análise das questões. Mas, não quero me alongar e quero ainda colocar a posição de nossa Bancada em face dessa matéria, que de certa forma é delicada, porque já votamos duas vezes a favor do Projeto, condicionando, então, uma retomada de atitude em face das informações que nos fossem prestadas. Como as informações, como o que nós solicitamos, não foi atendido, nós declaramo-nos mais uma vez favoráveis a que o Governador do Estado obtenha recursos das mais diversas fontes, onde pode o Estado encontrá-los, mas que a autorização para obtenção desses recursos, venha acompanhada das mais amplas informações.

Nesta fase final do Projeto, declaramo-nos, não contrários ao Projeto, como já fizemos tantas vezes, mas pela deficiência das informações que julgávamos necessárias, para concessão dessa autorização para tamanho financiamento, nós nos abtemos de votar.

Amanhã o povo do Paraná há de perguntar, e nós não queremos ficar em situação difícil de não saber responder o porque desse empréstimo. Quero mais uma vez ressaltar e ressaltar que merecem toda nossa confiança o Líder do Governo e as informações que nos prestou. Cremos na sua palavra, não duvidamos do que disse aqui, mas, por uma questão de coerência, pelo ponto de vista inicialmente exposto, de que votaríamos favoráveis se o Secretário da Fazenda prestasse as informações que julgávamos necessárias. Assim, esperamos que os srs. Deputados compreendam nossa atitude, e que ela seja compreendida também por todo o Paraná e que, no futuro, o desejo de dialogar da Bancada do MDB seja atendido, para que possamos fazer aquilo que apregoa o sr. Presidente da República, o eminente Marechal Emilio Garrastazu Médici. O nosso país, diz ele, merece ter partidos que, fora do poder, — refere-se evidentemente ao nosso — perseverem na melhoria dos planejamentos, intensifiquem a messe das idéias construtivas, fiscalizem o trato dos negócios públicos e somem o seu idealismo à obra da comunidade. Quero a diversidade dos caminhos em busca do mesmo fim.

Assim, sr. Presidente, com o objetivo de buscar o bem para a comuni-

dade paranaense, nós solicitamos informações que não nos foram fornecidas. Por esta razão, abstermo-nos de votar nesta fase final.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente, quero agradecer as referências que V. Exa. fez à minha pessoa. Tudo isso que tenho feito não constitui favor nenhum; é apenas o cumprimento do meu dever nesta Casa.

V. Exa. frizou muito bem que a Bancada do Governo tem número suficiente para a aprovação dessa Mensagem. Mas, se procuramos junto ao Secretário da Fazenda o compromisso de aqui comparecer, foi justamente a respeito daquilo que o deputado Muggiati Filho afirmou de sua Tribuna. Porque nós queremos a Minoria, nós desejamos a Minoria fiscalizadora e vigilante. De modo, nobre Deputado, que eu não precisaria ir buscar estas informações para a aprovação deste Projeto, e nem condicionaria a aprovação do Projeto a esta Tribuna. Eu trouxe as informações que estavam ao meu alcance, daquela autoridade. Trouxe à bancada de V. Exa. o compromisso deste homem comparecer aqui nos primeiros dias do mês de agosto. E quero formular um apelo a V. Exa. de que reexamine esta posição, para que a Bancada de V. Exa. também participe desta votação, como participou da primeira e da segunda votação, no sentido de colaborar com o Governo do Estado, no desenvolvimento do Paraná. Peço portanto a V. Exa. que participe desta votação, para que o Paraná tome conhecimento que os homens do MDB não vieram para esta Casa apenas para fazer oposição, mas para conseguir do Governo do Estado, tudo aquilo que diz respeito ao progresso e ao engrandecimento do nosso Estado. É o apelo que faço, para que a Bancada de V. Exa. participe desta votação, que é importante, não só para o Estado do Paraná, como para a nossa Pátria.

O SR. NIVALDO KRUGER — V. Exa., nobre Deputado, faz um apelo no momento da votação de um Projeto de tamanha importância.

Eu me coloco numa posição, ilustre deputado João Mansur, de ter que considerar o apelo de V. Exa.. Entretanto, o apelo de V. Exa., me parece teria sentido para a nossa Bancada, se a votação do Projeto fosse adiada para a sessão de amanhã. Porque como vê V. Exa., na nossa Bancada constam apenas 4 srs. Deputados presentes, os outros três estão fora, e eu, no entanto não teria condições de atender um apelo neste sentido. Eu não entendo como V. Exa. coloca a questão sem consultar a todos os componentes da minha Bancada. V. Exa. compreende o que possa ser uma decisão da Bancada. Neste caso, eu entendo que também V. Exa. poderia considerar o apelo que faço, no sentido de adiar a discussão da matéria para a sessão de amanhã, o que não redundará em prejuízo algum para o erário municipal.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Somente se os nobres Deputados que compõem a Mesa Diretora, passarem para a ARENÁ, porque pelo que vejo, a Bancada está quase completa. Pelo que vejo, nobre Deputado, V. Exa. está querendo fugir do apelo que fiz a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRUGER — Nestas condições, eu considero o apelo de V. Exa. Longe de nós desconsiderar um apelo de Líder do Governo. Mas quero dizer a V. Exa. que eu não tenho, no momento, condições de tomar uma decisão da Tribuna. Seria necessário um adiamento, pelo menos por alguns minutos, para que a nossa Bancada se reúna e reformule, se for o caso, para ter a sua decisão tomada. Eu consulto a Mesa, se havia condições de inverter a ordem de votação, deixando esta matéria para o final da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre orador, que deverá fazer o requerimento por escrito, que será apreciado pelo Plenário.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para informar ao nobre Líder que estão faltando dois srs. Deputados da nossa Bancada, o sr. deputado Nelson Buffara e o sr. deputado Hélio Manfrinato.

O SR. NIVALDO KRUGER — Sr. Presidente, eu não tenho, em face do apêlo do Líder do Governo, condições de reformular o meu ponto de vista e reunir a Bancada para uma decisão. Porque, caso contrário, a nossa decisão seria transmitida de imediato. Nós não temos condições, da Tribuna, de tomar esta decisão. Espero que seja compreendido pelos senhores, que são homens que sabem o quanto significa liderar uma Bancada livre e independente, como é a bancada do MDB.

O sr. João Mansur — Nós compreendemos.

O SR. NIVALDO KRIGER — Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. deputados. Pretendo ficar apenas alguns pouquíssimos minutos aqui na Tribuna, para que se dê tempo à ilustre bancada do Movimento Democrático Brasileiro de discutir e abordar o apêlo feito, há pouco, pelo ilustre Deputado Líder da Bancada da ARENA.

Não há possibilidade regimental de se suspender a sessão, não há possibilidade legal de se transferir a Ordem do Dia, pois o Projeto já está com sua discussão quase encerrada.

Ontem, caríssimos companheiros, aprendi, nesta Casa, uma grande lição. Apesar de já ter alguns anos nas costas, vejo que é real aquele adágio popular “quanto mais se vive mais se aprende”. Por isto respeito os cabelos brancos daqueles que o tingiram de neve enquanto trabalhavam; por isto respeito aqueles curvados fisicamente pelo trabalho e pelos anos, porque adquiriram na escola da vida algo de importante que temos que respeitar.

Refiro-me às palavras do Deputado do MDB, Hélio Manfrinato que, respondendo um aparte de um seu companheiro, disse que não estava defendendo o Governo, mas estava defendendo o Paraná. Estas são palavras que devem calar profundamente no coração de todos.

Quero dizer, neste instante, que voto conscientemente de acôrdo com a solicitação do Governador Haroldo Leon Peres, com a mesma consciência tranquila com que votei, no Governo passado, em Projetos semelhantes para a construção de estradas, de escolas, para movimentar a grandeza do Estado do Paraná. Não me arrependo de nada, acho que o meu trabalho, que o meu voto foi pelo Paraná, pelo povo paranaense.

O que se discute a respeito deste Projeto é a constitucionalidade, erros de português e especificação de obras. Ora, a oportunidade já passou. Existe uma oportunidade para tudo, e esta oportunidade passou, neste sentido. Estou de acôrdo com o ilustre Líder da Bancada do MDB, deputado Nivaldo Kruger, que dizia que a oportunidade seria a Comissão de Finanças ou a Comissão de Justiça. Realmente, sou contra que, numa oportunidade desta, venha um Secretário de Estado ou venha uma autoridade explicar em Plenário para que se destina tal e tal Projeto. Na Comissão tivemos a possibilidade disto e portanto esta possibilidade já passou. Regimentalmente, também perdemos a oportunidade. Na 1.ª discussão, vota-se a constitucionalidade. Isto a ilustre bancada do MDB votou favorável, toda a Casa votou favoravelmente à mensagem. Não se pode mais discutir sobre a constitucionalidade ou não.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. está abordando com bastante propriedade este assunto. Lembro-me, não vou citar nomes porque o Deputado a que vou me referir não está no Plenário, e não cometer uma injustiça, mas lembro-me que esse Deputado, membro da Comissão de Constituição e Justiça, votou favoravelmente, não encontrou nenhum impecilho de ordem constitucional dentro da Mensagem. Discutiu e eu apreciei, embora não pertencendo a esta Comissão. No entanto, como lá não tem imprensa, não tem altofalante, não há vedetismo, nin-

guém levantou a tese. Mas este eminente Deputado que quando estiver no Plenário eu declinarei o nome, vem a esta Tribuna dizer que a pretensão é inconstitucional, quando éle próprio, que poderia ter visto isto na comissão técnica a que pertence, não levantou a questão, porque lá, repito não tem imprensa, não tem televisão, no tem altofalante. É o vedetismo é a vaidade, é o mal que sobe a cabeça de determinados cidadãos que colocam acima e à frente de tudo, a promoção pessoal.

Portanto, V. Exa. está de parabéns, nobre Deputado. Abordou o assunto com muita propriedade. Eu me parabenizo com V. Exa.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado; em que pese toda consideração que me move pelo nobre deputado Paulo Poli, eu gostaria apenas de dizer ao nobre Deputado, que admitisse também a possibilidade de que o Deputado a que S. Exa. se refere, quando examinou o assunto na Comissão de Constituição e Justiça, ainda não ter a sua atenção chamada para esse dispositivo constitucional que dispõe sobre a matéria em tramitação nesta casa. Na verdade, o exame do assunto na CCJ foi feito logo no primeiro dia da convocação extraordinária desta Casa.

E diz o nobre deputado Paulo Poli que se poderia pedir vistas. De fato, poder-se-ia ter pedido vistas; mas veja V. Exa., a intenção e o propósito de colaborar com o Governo, que presidiu o procedimento de todos os membros daquela Comissão. Eu, de fato, inclusive eu, teria o propósito e a intenção de pedir vistas do processo. Não o fizemos, entretanto, porque julgamos que se o sr. Governador do Estado havia convocado a Assembléia Legislativa, extraordinariamente, para a apreciação de uma matéria, éle o fizera porque tinha necessidade, via prioridade na proposta que encaminhava a esta Casa.

Ora, dentro deste entendimento, nós, Deputados da oposição e Deputados da Arena, que gostaríamos de pedir vistas também do processo, nos abstivemos de fazê-lo no propósito de colaborar com o andamento com a tramitação mais rápida do processo. E o Deputado a quem o nobre deputado Paulo Poli se referiu, que eu declino o nome: o deputado Cândido Martins de Oliveira, que aqui não se encontra, deixou de fazê-lo justamente para abreviar a tramitação da matéria. Mas tenho certeza de que S. Exa., se estivesse naquele momento de posse dos elementos que veio a possuir depois, S. Exa. teria levantado naquela Comissão, a questão que levantou aqui dessa Tribuna, que V. Exa. com tanto brilhantismo agora ocupa.

Agradeço a V. Exa. este aparte que me concedeu, para prestar os esclarecimentos que achava de minha obrigação prestar.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Agradeço os esclarecimentos de V. Exa.

É uma questão de oportunidade, e eu acho que nenhum Deputado deve deixar passar a oportunidade, quando ela se lhe oferece. E é principalmente na Comissão Técnica, que deve revelar o Deputado a sua condição, a sua capacidade intelectual, os seus conhecimentos. Portanto, seria uma incoerência votar, numa Comissão Técnica, favorável, e desfavorável em plenário, pelo mesmo motivo. Mas, nós estamos em 3.a Discussão, srs. Deputados, e em 3.a discussão só se deve discutir e votar as emendas aprovadas. Ora, se não foi aprovada emenda nenhuma, não há o que se discutir sobre o assunto. E o projeto englobadamente e nada mais; é uma questão de prioridade. Discutiu-se muito aqui uma prioridade que deveria existir: primeiro o plano, para depois pedir o empréstimo.

Entendo, sr. Presidente, que há necessidade primeiro de existir o recurso, para depois se elaborar exatamente qual seja o plano de obras a ser executado. Existe uma delonga extraordinária em consequência de empréstimos externos. Não poderemos aqui demorar mais, sabendo que está pronto o Orçamento plurianual do Governo.

Para encerrar, quero fazer o mesmo apêlo que o ilustre deputado João Mansur acaba de fazer ao MDB, para que votemos cerradamente juntos,

dizendo como disse o ilustre deputado Hélio Manfrinato votando, não com o Governo não com a pessoa, mas votando pelo Paraná, pelo progresso, pelo bem estar de seu povo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Maurício Fruet.

Solicito ao sr. 2.º Secretário que assumo seu lugar na Mesa, para que se possa conceder a palavra ao sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Exmo. sr. Presidente; digníssimos srs. Deputados.

Quando, na Comissão de Finanças, tivemos a oportunidade de tecer considerações em torno da Mensagem 18.71, em que S. Exa., o Governador do Estado, solicita autorização para contrair empréstimo no valor de oitocentos milhões de cruzeiros, sem colocar em dúvida a honestidade e a honorabilidade do Chefe do Poder Executivo, lamentávamos, na ocasião que não tivesse S. Exa. enviado, junto com a Mensagem, um plano de aplicação desta importância, limitando-se apenas a dizer que esta importância seria destinada ao atendimento de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas contidas no Orçamento anual e no pluri-anual.

S. Exa., o Governador do Estado, não disse também de que forma seria realizado este empréstimo, com que financiadoras o empréstimo seria celebrado, com que taxas de juros este empréstimo se concretizaria. Não informou também S. Exa. a esta Casa, qual o prazo de carência do referido empréstimo.

Sabem Vs. Exas. quase todos militantes em Câmaras Municipais antes de ingressarem nesta Assembléia, sabem muitos que já tiveram a oportunidade e a honra de ocupar chefias de Executivos Municipais, que as Mensagens solicitando autorizações, do chefe do Executivo, para que possa contrair empréstimo, vêm sempre amplamente justificadas. Normalmente são Mensagens em que se solicita empenhos, solicita pequena importância. Normalmente são Mensagens em que se diz, inclusive, o equipamento que o município iria, porventura, adquirir.

E, ao contrário, neste, que é elevado e vultoso não citou S. Exa. o sr. Governador quais as obras já executadas e que seriam pagas; nem as obras de infra-estrutura que seriam realizadas com esses oitocentos milhões de cruzeiros.

E temos certeza que S. Exa. ao mandar à Assembléia Legislativa a presente Mensagem já tinha, em mãos, as obras aludidas no presente processo.

Então, perguntamos porque S. Exa. não enviou, juntamente com o Projeto de Lei, a especificação das obras concluídas e não pagas, e quais as obras de infra-estrutura a serem realizadas.

Por que razão S. Exa. deixou de prestar estas informações imprescindíveis para os homens que integram esta Casa?

O sr. Paulo Poli. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, já disse e repito, só que agora vou adicionar mais alguma coisa. V. Exa. é um Deputado que ao adentrar nesta Casa, ao nosso convívio, com seu sorriso fácil e amigo, conquistou todos. V. Exa. é humano e facilmente faz amizades. Mas, V. Exa., além das qualidades que tem, é possuidor de uma inteligência impar.

Então isto pôsto vejo que V. Exa. está apenas representando e não sei a título de quê. Porque o eminente Líder da Maioria já colocou à disposição da ilustre bancada do MDB todas as informações quando houvesse dúvidas, e inclusive, abriu todas as portas das Secretarias para que Vs. Exas. obtivessem as informações desejadas.

E V. Exa. entendeu bem tudo isso. Então V. Exa. com a inteligência que lhe é peculiar, está representando seu papel. E isso me fez recordar um aparte do nobre deputado Erondy Silvério, quando disse que, no governo

passado, um funcionário público do Tesouro do Estado se fingiu de louco e fugiu com a chave do Tesouro, e o ex-Governador não pôde encontrar o dinheiro.

V. Exa. está fingindo, está representando mas não está sentindo o que está dizendo.

Então, faria um apelo a V. Exa. que seja breve, senão teremos que proirrogar a sessão. Eu estou de acordo com tudo o que V. Exa. falar. Mas, V. Exa., pela sua inteligência, pela sua simpatia, não me leve a mal procure concluir sua explanação.

E o aparte que faço a V. Exa., com todo o respeito e consideração que V. Exa. me merece.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa., Mas antes de responder o aparte de V. Exa. que, mais uma vez, muito me honrou, gostaria de repetir aquilo que já disse em outra oportunidade.

Apesar de conhecê-lo há pouco tempo, V. Exa. é uma dessas criaturas que, pela simpatia irradiante, pelo bom humor transbordante, a todos cativa e entusiasma. Feita essa observação, afirmo a V. Exa. que não é absolutamente de meu feitio protelamentos de qualquer forma de discussão de uma matéria, protelamento de qualquer maneira da discussão de um problema, por menor que ele seja, e, acima de tudo, fazermos "cêra", quando se discute um assunto da mais alta importância para a vida do Estado do Paraná, não só no ano corrente, mas talvez por muitos exercícios, porque a importância solicitada, oitocentos milhões de cruzeiros, será paga daqui há muitos e muitos anos, com o sacrifício, o esforço e o trabalho de todo o povo paranaense.

Sabe bem V. Exa. que o Deputado que neste momento ocupa a Tribuna, por ocasião da reunião realizada na Comissão de Finanças, foi claro, e é testemunha o sr. dep. Leopoldo Jacomet. V. Exa. também, que com o objetivo de não protelarmos a discussão naquela oportunidade, reservamo-nos o direito de vir ao Plenário, para explicarmos à Casa por que razão não endossamos totalmente o Parecer do sr. deputado Ovidio Franzoni.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Conheço a preocupação do nobre Deputado, que às vezes se trai nos seus pronunciamentos. V. Exa. diz que esse empréstimo irá onerar, sacrificar o povo paranaense. Perfeitamente, estou perfeitamente de acordo com V. Exa., mas V. Exa. não pode ser unilateral, na apreciação. Ora nobre deputado, é evidente, é lógico é natural, que o povo é que vai pagar; mas se o povo vai arcar com esse sacrifício, vai também receber benefícios, vai ter algumas regalias. Mas, V. Exa., como é lógico, é natural, olha só um lado da medalha; mas, em contrapartida, grande parte dessa obra irá aumentar a arrecadação, e se de um lado o povo terá sacrifícios, de outro terá lucros.

Era este o aparte de colaboração, para que V. Exa. não esqueça a parte dos benefícios. Então, V. Exa. haverá de convir conosco que o empréstimo terá alguma coisa de positivo.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço a lembrança de V. Exa., mas afirmo que não havia esquecido, V. Exa. não deu oportunidade para que eu concluísse. Não há dúvida que as obras de infra-estrutura são aquelas que irão beneficiar a população mas essa obra infra-estrutura são quase todas elas auto-financeáveis. Por esta razão, em momento nenhum, os integrantes da bancada do MDB se negaram a conceder a S. Exa. o sr. Governador, autorização para o empréstimo pleiteado. Mas, toda a bancada, em todas as oportunidades salientou, ratificou diversas vezes, que ninguém é contrário a que o sr. Governador solicite autorização, mas também a mesma bancada, pela unanimidade de seus integrantes, solicitou a esta mesma Casa, que fosse enviada a necessária explicação para a aplicação dos oitocentos milhões.

Finalizando, não poderia deixar de levar em consideração o apêlo for-

mulado pelo eminente líder da ARENA, deputado João Mansur, que, acima de tudo, na sua atitude, durante todos os anos em que militou na vida pública sempre foi correto, sempre foi cordato e sempre foi cumpridor. Por esse motivo, e acreditando que S. Exa. o eminente deputado João Mansur, no menor prazo possível, prestará a esta Casa os devidos e necessários esclarecimentos, é que, juntamente com a nossa Bancada, — mesmo porque não há a possibilidade legal de se parar a sessão para que novamente a Bancada esteja reunida, — repito, juntamente com a nossa Bancada, levaremos em conta este apêlo e esta solicitação, mas, por outro lado, se assim não o fizermos, as razões estão amplamente justificadas e em momento algum vai qualquer dúvida à honorabilidade do sr. deputado João Mansur.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero agradecer as referências que V. Exa. faz e dizer a V. Exa. que em momento nenhum declaramos que a Bancada de V. Exa. procurou obstruir a Mensagem Governamental. O que a Bancada de V. Exa. fez o fez muito bem, no cumprimento do seu dever, procurando esclarecimentos e estes, na medida do possível, o que estiver em mãos, nós procuraremos trazer ao conhecimento de Vs. Exas., e mais o compromisso da presença, no próximo mês, do sr. Secretário. Mais uma vez quero agradecer a colaboração que V. Exa. vem dando, e renovar aquele meu apêlo de que o M.D.B. participe desta votação, ajudando nosso Estado.

O SR. MAURICIO FRUET — Obrigado, deputado João Mansur. Sr. Deputado, era este o nosso esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei n. 126-71.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Diante do apêlo feito pelo Líder do Governo, numa demonstração de transigência construtiva, numa demonstração que espero seja compreendida por todos os srs. Deputados, nós, após havermos decidido em reunião que nos absteríamos de votar esta Mensagem, atendemos a solicitação feita pelo Líder do Governo, porque acreditamos na sua palavra, porque acreditamos nos homens. Afinal de contas, esta não é uma Assembléia de lobos, é uma Assembléia de homens responsáveis, que seria, no nosso entender, uma falta de cavalheirismo, seria uma falta de consideração, deixarmos de atender apêlo feito da forma como foi formulado, ainda somado a isto, a consideração que teve o sr. Líder em trazer as informações ao seu alcance, reformular a sua posição, liberando o procedimento de cada um dos srs. que será de acôrdo com as suas consciências. Fica a Bancada do MDB liberada para procederem seus integrantes como entenderem na votação que se processará logo adiante.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto. Os srs. Deputados que estiverem de acôrdo queiram permanecer sentados. Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 12-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que institui o "Programa de Integração Fazendária — PROFIZ", a ser estabelecido mediante Convênios entre o Estado e seus Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 16-71, encaminhando Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários arrecadadores do D.R.I., da Secretaria da Fazenda. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Com EMENDA da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA.

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 16-71

PROJETO DE LEI N.º 125-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários

fisco-arrecadadores do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda.

2 — O presente anteprojeto, tem por finalidade adaptar o regime de remuneração dos funcionários fiscais fazendários aos termos do artigo 196, da Constituição do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, incorporada pelo artigo 83 da Constituição Estadual, vedando a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos, e multas inclusive da dívida ativa.

3 — Em decorrência do imperativo constitucional o projeto procura harmonizar os níveis de retribuição do pessoal incumbido da fiscalização de tributos e, considerando-se que ao Estado compete, ao observar o preceito isolado de disposição da Carta Magna, ter em vista os demais preceitos de ordem geral, de modo a prover no sentido de que não resulte repercussão administrativa e social não colimada pela norma.

4 — A revogação do artigo 5.º, da Lei n.º 5.794, de 21 de junho de 1968, no presente anteprojeto vem banir definitivamente o último resquício que ainda existia na legislação paranaense no tocante à participação do funcionário fiscal no produto das multas, em atendimento ao mandamento de ordem constitucional, que veio dar nova dimensão ao sistema de remuneração dos integrantes das carreiras fisco-arrecadoras, sem contudo, eliminar ou dirimir os princípios básicos do sistema de retribuição existente no Estado.

5 — Como se verifica da tomada de posição dos vários Estados da Federação, um objetivo comum se destaca: a preocupação unânime de se preservar dentro de um limite justo, a situação atual dos integrantes das carreiras e funções incumbidas da fiscalização e arrecadação dos tributos.

6 — De sorte que, para enfatizar a preocupação dos governos de outros estados, vale dizer que a instituição do prêmio de produtividade já se generalizou na maioria das unidades federativas brasileiras, senão vejamos: O Governo do Estado de São Paulo instituiu o prêmio de produtividade pelo Decreto-Lei n.º 200, de 27.02.70; (800 quotas, 2/3 do valor do vencimento e mais gratificação "pro labore"); em Santa Catarina, o seu Governo através da Lei n.º 4.426, de 03.02.70, adotou também idêntica iniciativa criando (o sistema de remuneração dos servidores da Secretaria da Fazenda, transformando, modificando ou alterando cargos, carreiras e funções).

Coerente pois, com tais conceitos, é eliminada a participação na arrecadação dos tributos e nas multas que anteriormente à vigência do mencionado dispositivo constitucional, representava uma das parcelas da remuneração do funcionário fiscal; o sistema ora proposto, de prêmio à produtividade, será disciplinado em ato regulamentar, fixado o teto limite de 800 (oitocentas) quotas, e condicionando-se a sua percepção à prestação de serviços de, no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, em sistemas de rodízios de períodos diurnos e noturnos, obrigando-se o servidor ao comparecimento ao trabalho, aos sábados, domingos e feriados, quando haja escala de serviços.

Por outro lado, no que concerne às alterações na estrutura organizacional do Departamento de Rendas Internas, destaca o anteprojeto a transformação de cargos, alguns de nível universitário, cujos titulares de a muito vinham prestando seus serviços no citado órgão e, graças à proposição que ora encaminha a essa Colenda Assembleia Legislativa, o Depart. de Rendas Internas ficará enriquecido em seu quadro de uma equipe de servidores altamente gabaritados, condição, aliás, que reputo de capital importância, para se inaugurar uma nova mentalidade no setor fisco-arrecador.

De resto, cuida ainda o anteprojeto, da criação no Departamento de Rendas Internas de um quadro suplementar de pessoal, que agrupará os cargos não integrantes do grupo ocupacional; Fisco. Estes cargos, a medida que os respectivos titulares forem se aposentando, suprimem-se.

E finalmente, as demais disposições do anteprojeto, objetivam a indis-

pensável adaptação e harmonia com as inovações introduzidas, visando a um maior rendimento da máquina fiscal fazendária.

Assim justificada a propositura em anexo, tenho a honra de encaminhá-la à elevada deliberação de Vossa Excelência.

a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica vedada a participação de servidores públicos estaduais no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

Art. 2.º — As séries de classes de Agente Fazendário, Fiscal Fazendário, Economista, Advogado, Contador e demais constantes da Tabela Anexa, ficam transformadas, modificadas ou alteradas de acordo com as correspondências estabelecidas na mesma, e que fazem parte integrante da presente lei.

§ 1.º — As série de classes transformadas, modificadas ou alteradas e constantes do número 1 da Tabela Anexa, serão preenchidas por funcionários ocupantes de cargo de nível universitário, lotados ou adidos no Departamento de Rendas Internas, na data da publicação desta lei.

§ 2.º — Os cargos transformados, modificados ou alterados, aludidos no número 1 e 2 da referida Tabela, para fins de direitos e deveres, conservarão as características dos cargos originários.

§ 3.º — A série de classes de Fiscal Tributário é o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho e, para efeito de promoção é regulada pelas disposições do capítulo X, do título III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º — Os atuais cargos que figurarem na Tabela n.º 3, em anexo, com as novas denominações constantes da mesma Tabela, passarão a integrar as séries de classes de Técnico de Administração Tributário, Administrador Tributário, Auxiliar de Administrador Tributário e Auxiliar de Fiscalização, e se extinguirão na medida em que se vagarem.

Art. 4.º — Fica vedada qualquer forma de transferência, de adição ou de lotação de servidores de outros órgãos para o Departamento de Rendas Internas.

Art. 5.º — Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, salvo se se tratar de função gratificada, de cargo em comissão ou no caso de substituição.

§ 1.º — O ato que contrariar o disposto neste artigo, não produzirá qualquer efeito, e a autoridade que o determinou ficará sujeita à responsabilidade disciplinar.

§ 2.º — O funcionário irregularmente designado devolverá quaisquer vantagens que haja percebido pelo exercício das funções que lhe foram atribuídas.

Art. 6.º — Fica estabelecido o sistema de retribuição mensal por prêmio de produtividade aos funcionários que compõem a Tabela Anexa quando, no desempenho de suas atribuições, contribuírem com eficácia no incremento das atividades inerentes à administração e à fiscalização de tributos, inclusive na orientação do contribuinte.

Art. 7.º — O direito à percepção do prêmio de produtividade a que se refere o artigo anterior, somente será devido ao servidor fiscal que apresentar, mensalmente, um mínimo de produção de serviços de conformidade com a fixação de tarefas, mediante ato do Secretário da Fazenda.

Parágrafo Único — Compete exclusivamente ao Secretário da Fazenda autorizar ou não a atribuição do prêmio de produtividade referido nos artigos 6.º e 8.º desta lei, sob a forma de quotas.

Art. 8.º — O servidor fiscal, quando designado para o desempenho de função de chefia ou assessoramento, ou ainda comissionamento nos cargos de Diretor, Supervisor Técnico-Administrativo, Delegado e Assistente do Departamento de Rendas Internas, fará jus à atribuição do prêmio de produtividade que será fixado em ato do Secretário da Fazenda.

Parágrafo Único — Igual vantagem será extensiva aos servidores constantes dos números 1 e 2 da Tabela Anexa, que não ocupando cargo em comissão ou função gratificada, executem serviços de natureza fisco-arrecador no Departamento de Renditas Internas.

Art. 9.o — O valor unitário de cada quota é a importância correspondente a 0,4831 (quatro mil, oitocentos e trinta e um décimos milésimos por cento) do valor da tabela de vencimentos do cargo inicial da série de classes de Fiscal Fazendário.

Art. 10 — O servidor fazendário não poderá perceber, à título de quotas, importância superior a 3 (três) vezes o valor correspondente a tabela de vencimentos do cargo que ocupe.

Art. 11 — O prêmio de produtividade não poderá ultrapassar a importância equivalente a 800 (oitocentas) quotas mensais do valor unitário referido no artigo 9.o.

Art. 12 — Fica atribuída aos ocupantes das séries de classes constantes da Tabela Anexa a presente Lei, a remuneração de 2/3 (dois terços) do "quantum" do respectivo vencimento e mais as quotas estipuladas no artigo 6.o e as vantagens pecuniárias a ela incorporadas.

Art. 13 — Os valores das quotas e da remuneração de que tratam os artigos 6.o, 7.o, 8.o e 12, serão reajustados sempre que houver alterações nas tabelas de vencimentos do funcionalismo público Civil do Estado.

Art. 14 — O servidor fiscal fica sujeito à prestação de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em sistema de rodízio de períodos diurnos e noturnos.

Parágrafo Único — O comparecimento ao trabalho será obrigatório aos sábados, domingos e feriados, quando haja escala de serviços, ou convocação.

Art. 15 — Ao servidor fiscal é vedado o exercício de outra atividade pública ou privada quando:

1 — exercida na qualidade de empregado, profissional liberal, trabalhador autônomo, corretor e representante;

2 — decorrente da participação na gerência ou administração de empresas comerciais, industriais e financeiras, bem como qualquer forma de atividade comercial, exceto na condição de acionista, sócio quotista ou comanditário;

3 — resultante de função ou mandato em sociedade civil ou fundação, salvo as que não confirmam lucro e de comprovado objetivo filantrópico, cultural, científico, associativo, recreativo ou esportivo.

Parágrafo Único — Não se compreende na proibição deste artigo o desempenho de funções e atividades decorrentes de:

1 — designação para se incumbir de encargos ou serviços junto ao Gabinete do Governador do Estado e Secretaria da Fazenda;

2 — designação para exercer função de membro de órgão de deliberação coletiva na Secretaria da Fazenda, desde que na natureza tributária;

3 — encargos não remunerados no âmbito da Secretaria da Fazenda, ainda que com prejuízo do exercício normal do cargo ou função;

4 — designação para o desempenho de encargos de interesse do Estado, devidamente comprovados em parecer do Secretário da Fazenda, a juízo exclusivo do Governador.

Art. 16 — O servidor fiscal, quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson, incompatíveis com o trabalho, e outras moléstias que a lei indicar na base de medicina especializada, conforme apurado em inspeção médica será compulsoriamente licenciado, percebendo, além do vencimento e remuneração, o valor correspondente a 300 (trezentas) quotas mensais, calculadas segundo o artigo 9.o.

Parágrafo Único — O funcionário que se aposentar em razão das doen-

ças alinhadas neste artigo, integrará aos proventos de inatividade, as vantagens previstas nos artigos 6.º e 12.

Art. 17 — Para todos os efeitos legais as quotas e demais vantagens atribuídas a título de prêmio de produtividade a que se referem os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 12, desta lei, serão integrados nos cálculos de proventos de aposentadoria do servidor fiscal, desde que, haja exercido função fisco-arrecadadora no Departamento de Rendas Internas por período não inferior a 5 (cinco) anos, consecutivos ou não.

§ 1.º — O cálculo para os fins de integração prevista neste artigo será feito com base na média mensal da retribuição percebida nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao da concessão da aposentadoria;

§ 2.º — Para efeito de apuração da média mensal do número de quotas a ser integrado nos proventos de aposentadoria, nos termos deste artigo, não serão considerados os meses em que o funcionário se ausentou, ainda que parcialmente, em virtude das licenças previstas nos itens I a XIX do artigo 128, da lei número 6.174, de 16 de novembro de 1970;

§ 3.º — Para os efeitos do parágrafo 1.º deste artigo, computar-se-ão os meses em que o funcionário percebeu as vantagens do artigo 5.º da Lei n.º 5.794 de 12 de junho de 1968, e as previstas no artigo 5.º da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970.

Art. 18 — Além da remuneração prevista no artigo 12 da presente lei, o pessoal relacionado no número 3 (três) da Tabela Anexa, fará jus a uma gratificação “pro-labore” que será fixada em Instrução do Secretário da Fazenda.

§ 1.º — As vantagens deste artigo integrarão nos cálculos de proventos de aposentadoria do funcionário da Parte Suplementar, que haja cumprido no Departamento de Rendas Internas, tempo de serviço não inferior a 5 (cinco), anos consecutivos ou não;

§ 2.º — O cálculo para os fins de integração previsto neste artigo será feito com base na média mensal da retribuição percebida nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao da concessão da aposentadoria.

Art. 19 — O Poder Executivo, tendo em vista as implicações desta lei, reformulará a classificação, lotação, funcionamento e atribuições do Departamento de Rendas Internas.

Art. 20 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda, através da Sub-consignação 3.1.1.1.1.15 — Vantagens de Pessoal.

Art. 21 — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 22 — A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, exceto os artigos 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10, 11 e 18, e seus parágrafos, que produzirão efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1971, ficando revogados:

I — A Lei no 6.120, de 1.º de julho de 1970;

II — O artigo 5.º e seus parágrafos, da Lei n.º 5.794, de 12 de junho de 1968.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
PROJETO DE LEI
SECRETARIA DA FAZENDA — Departamento de Rendas Internas Tabela
N. 1 PLANEJAMENTO
SITUAÇÃO ANTERIOR

NÚMERO DE CARGOS

CARGOS OU FUNÇÕES	Nível	Ocup.	Vagos	Total
1 — Advogado	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	2	—	2
"	26	8	—	8
2 — Deleg. Policia	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	1	—	1
3 — Contador	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	15	—	15
"	25	18	—	18
4 — Economista	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	7	—	7
"	25	3	—	3
5 — Engenheiro	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	1	—	1
"	26	—	—	—
N. 2 FISCO				
6 — Fiscalização Fazendária	23	56	—	56
"	22	153	—	153
"	21	228	—	228
7 — Agente Fazendário	20	—	—	—
"	19	410	—	410
"	18	758	—	758

SECRETARIA DA FAZENDA — Departamento de Rendas Internas Tabela

N.3 — ADMINISTRAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR

CARGOS OU FUNÇÕES	Nível	Ocup.
Técnico de Administração	28	—
"	27	—
"	26	—
"	25	—
"	24	5
Oficial de Administração	23	—
"	22	—
"	21	12
"	20	18
"	19	35

Anexa a Lei nr.

		SITUAÇÃO ATUAL			
CARGOS OU FUNÇÕES		Nível	NÚMERO DE CARGOS		Tótal
			Ocup.	Vagos	
Consultor Jurídico		30	—	—	—
Tributário		29	—	—	—
"	"				
"	"				
"	"	28	—	—	—
"	"				
"	"	27	2	—	2
"	"				
"	"	26	9	—	9
Auditor Tributário		29	—	—	—
"	"	28	—	—	—
"	"	27	—	—	—
"	"	26	15	—	15
"	"	25	18	—	18
Auditor Econômico		29	—	—	—
Tributário		28	—	—	—
"	"	27	—	—	—
"	"	26	7	—	7
"	"	25	3	—	3
Perito Avaliador		30	—	—	—
"	"	29	—	—	—
"	"	28	—	—	—
"	"	27	1	—	1
"	"	26	758	—	—
		N. 2 FISCO			
Fiscal Tributário		23	56	—	56
"	"	22	153	—	153
"	"	21	228	—	228
"	"	20	—	—	—
"	"	19	410	—	410
"	"	18	758	—	758

Anexa a Lei n.

		SITUAÇÃO ATUAL	
CARGOS OU FUNÇÕES		Nível	Ocup.
Técnico de Adm. Tributária		28	—
"	"	27	—
"	"	26	—
"	"	25	—
"	"	24	5
Administrador Tributário		23	—
"	"		—
"	"	22	—

Contabilista	23	—
"	22	—
"	21	—
"	20	2
"	19	47
Téc. em Instal. Hidráulica	21	1
" " "	20	—
" " "	19	—
" " "	18	—
Revisor Calculista	19	1
" "	18	—
" "	17	—
" "	16	—
" "	15	—
Técnico em Mecanização	19	1
" "	18	—
" "	17	2
" "	16	—
" "	15	—
Escriturário	17	—
"	16	—
"	15	16
"	14	—
"	13	10

SITUAÇÃO ANTERIOR

CARGOS OU FUNÇÕES	Nível	Ocup.
Motorista	16	12
"	15	—
"	14	33
"	13	—
"	12	10
Artífice	16	—
"	15	—
"	14	22
Arquivista	13	—
"	12	—
"	11	—
"	10	1
Datilógrafo	12	—
"	11	—
"	10	100
Auxiliar de Saneamento	14	—
" "	13	—
" "	12	1
Forteiro	13	1
"	12	—
"	11	—
Atenderite	12	—
"	11	—
"	10	—
"	9	—
"	8	1
Guarda Rural	11	1
"	10	—
"	9	—

"	"	21	13
"	"	20	20
"	"	19	84

Aux. de Administ. Tributário	17	2
	17	
	16	12

SITUAÇÃO ATUAL

CARGOS OU FUNÇÕES	Nível	Ocup.
Aux. de Administração Tributária		
"	15	16
"	14	5
"	13	10
"	12	10
"	11	
"	10	101
Auxiliar de Fiscalização	14	—
"		
"		
"	13	7
"	12	1
"	11	2

Auxiliar de Artífice	13	6
"	12	—
"	11	1
"	10	—
"	9	74

SECRETARIA DA FAZENDA — Departamento de Rendas Internas Tabela

N. 3 ADMINISTRAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR

CARGOS OU FUNÇÕES	nível	ocup.
Guarda Sanitário	13	—
"	12	—
"	11	—
"	10	—
"	9	1
"	7	—
Telefonista	10	—
"	8	—
"	8	1
Auxiliar de Portaria	10	2
Servçal	9	—
"	8	1
Servente	8	—
"	8	—
"	7	—
"	6	—
"	5	27
Operário Rural	6	1
Mensageiro	4	5

"	"	10	2
"	"	9	75

Anexa a Lei nr.

SITUAÇÃO ATUAL			
Cargos ou Funções	Auxiliar de Fiscalização	nível	ocup.
"	"	8	3
"	"	7	—
"	"	6	1
"	"	5	27
"	"	4	5
"	"	3	—

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI NR. 125-71
AUTOR: MENSAGEM GOVERNAMENTAL

SÚMULA: Dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários fisco-arrecadadores.

PARÉCER

1) A Mensagem Governamental nr. 16-71, de 22 de junho do ano corrente, preconiza a instituição de um regime especial de remuneração do pessoal integrante do Quadro do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria da Fazenda.

2) Em face das proibições contidas no art. 196, da Constituição da República, a legislação em vigor no tocante as vantagens pecuniárias atribuídas ao servidor do sistema fiscal e arrecadador do Estado, necessita passar por uma rigorosa revisão, sem, no entanto, afetar o "quantum" já incorporado aos orçamentos individuais da referida categoria funcional.

3) A solução adotada pelo projeto em análise, de conferir o prêmio de produtividade, condicionado à efetiva prestação de serviços, de que resulte o incremento da arrecadação e da orientação ao Contribuinte, dentro do limite máximo estabelecido em 800 quotas de quatro mil, oitocentos e trinta e um décimos milésimos por cento (0,4831%) cujo valor jamais poderá ultrapassar o teto de tres vezes os respectivos vencimentos, alcança o objetivo de reforçar justamente a remuneração total sem as implicações da incorporação.

4) Tal procedimento se enquadra perfeitamente na sistemática geral eleita pela maioria dos Estados federados.

5) Estabelece, ainda, entre outras normas complementares à medida, a autorização para o Executivo reformular a estrutura do Departamento de Rendas Internas, bem como a regulamentação da Lei, no prazo de trinta (30) dias.

6) Revoga a Lei nr. 6.126, de 1.º de julho de 1970 e o art. 5.º e seus parágrafos, da Lei nr. 5.794, de 12 de julho de 1963 — Diplomas Oficiais inclusos — diplomas que se tornam obsoletos com a vigência da presente disciplinação.

7) — Em linhas gerais, é este o núcleo essencial da Mensagem Governamental.

8) — Sob os aspectos constitucional e legal, a quanto se cinge a competência desta Comissão, é bastante assinalar que a iniciativa de matéria desta natureza é conferida, privativamente, ao Governador do Estado, nos termos do art. 47, da Constituição em vigor. Quanto à legalidade nada há que vicie a proposição de qualquer excesso ou lacuna, vedado ou exigida pela legislação regente.

Formalmente, o processado obedeceu as exigências do Regimento Interno.

9) E por ser assim, cabe-me opinar no sentido do prosseguimento dos trâmites regimentais, até final.

O Parecer é favorável, com a Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Cândido Manoel Martins de Oliveira — Relator

Mugiatti Filho

Igo Losso

Sebastião Rodrigues Júnior

Acyr José

Borsari Neto

Gilberto Carvalho

EMENDA

AO PROJETO DE LEI NR. 125-71

INCLUA-SE, onde couber, o seguinte:

"Art. E assegurado o aproveitamento, na classe inicial da Série de Classes

de Fiscal Tributário, dos servidores contratados que, à data desta lei, exercam efetivamente, por mais de 2 (dois) anos as funções de Agente Fazendário”
Sala das Comissões em 6 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente
Cândido Manoel Martins de Oliveira — Relator
Igo Losso
Mugiatti Filho
Sebastião Rodrigues Júnior
Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI NR. 125-71

AUTOR: Governo do Estado

SÚMULA: — Mensagem nr. 16-71, encaminhando anteprojeto de lei disposto sobre o regime de trabalho e remuneração do pessoal integrante do D.R.I., da Secretaria da Fazenda.

PARECER

I — O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem nr. 16-71, propõe a consideração e deliberação desta Assembléia, projeto de lei dispondo sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários fisco-arrecadadores do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria da Fazenda.

II — A matéria já mereceu o exame da douta Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou favoravelmente.

III — Sobre o aspecto que nos cabe opinar — o financeiro — nada há que se lhe oponha já que o projeto prevê os recursos para fazer face as despesas com a execução da lei.

Pela aprovação portanto é o parecer.

Sala das Comissões em 06 de julho de 1971.

aa) — Ovidio Franzoni — Presidente
Gabriel Manoel — Relator
Paulo Poli
Santos Lima

Em discussão o projeto.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sobre este Projeto há uma Emenda.

O SR. PRESIDENTE — Que será apreciada em 2.ª discussão.

Em votação o Projeto. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 133-71 de autoria do Poder Executivo — Mensagem nr. 17-71 encaminhando Anteprojeto de Lei, que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — (FAMEPAR), com personalidade jurídica de Direito Público, sede e foro na Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em regime de urgência.

MENSAGEM NR. 17-71

Curitiba, 24 de junho de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso projeto de lei que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR)

2. O projeto de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, surgiu após acurado estudo da matéria existente em que se procurou estruturar o órgão da melhor maneira para que o mesmo possa cumprir a sua finalidade. A adoção da personalidade jurídica da Fundação como de Direito Público teve sua razão indicada pelas atribuições que desempenhará quase que tão somente junto a outras entidades também de direito público. Na verdade sua atuação se dará na área dos Municípios, perante as entidades do Governo Federal e Estadual, ficando, portanto com a mesma envergadura jurídica, em plano ho-

rizontal, para o trato das coisas públicas. Não obstante ser uma entidade de direito público o seu contexto permitirá ampla liberdade de ação aos dirigentes que ficarão livres dos embaraços da burocracia das repartições públicas.

3. Essa condição foi permitida ser utilizada diante do sistema preconizado na forma administrativa do Governo Federal, que hoje impera na administração do Poder Público em qualquer de seus estágios de na medida possível, desvincular-se o pessoal da regra estatutária, incluindo-os no regime de laists trabalhistas. Sendo a Fundação um órgão eminentemente prestador de serviços o fundamento de sua liberdade de ação encontra-se exatamente nesse motivo.

4. — A não inclusão na estrutura da Fundação de qualquer Conselho (Curador, Coordenador, Deliberativo, Consultivo, etc.) deveuse ao sentido de atribuir ao dirigente maior responsabilidade, unidade e liberdade de ação.

5. Os critérios adotados, neste caso específico, são cónsonos com o fenômeno da evolução do conceito da pessoa jurídica no sentido de atribuir personalidade a um patrimônio de afetação, fora dos moldes clássicos da fundação do direito privado.

6. A instituição dessa Fundação, pelo Estado, em face da autonomia constitucional deste, não esbarra em qualquer limitação de ordem legal, mesmo diante do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 900, de 29 de Setembro de 1.969, uma vez que o mesmo se destina a sistematizar apenas a administração federal, em razão das múltiplas e inúmeras funções, que indiscriminadamente foram criadas pela União. De acôrdo com êsse dispositivo legal a União está impedida de instituir novas funções que entre outros requisitos não tenham: a) participação de recursos privados equivalentes, no mínimo, a um terço do total; b) objetivos não lucrativos e que por sua natureza as atribuições não possam ser executadas por órgãos da administração direta ou indireta; e c) demais requisitos estabelecidos no artigo 24 e seguintes do Código Civil (direito privado).

7. A especificação detalhada dos objetivos e atividades da Fundação, bem como das atribuições de seus dirigentes, foi estabelecida no projeto como política de impacto de molde a que, de imediato, se reconheça e se convença da definição do novo Governo quanto aos seus princípios municipalistas e a programação do desenvolvimento regional e local através da boa administração, carreação e aplicação de recursos hoje inexistentes na área municipal.

8. Ainda, com êsse mesmo propósito, optou-se pela instituição pura e simples do novo órgão (Fundação) e extinção do Departamento de Assistência Técnica dos Municípios (DATM), ao invés da transformação deste Departamento em Fundação, para que não houvesse qualquer óbice relativamente aos servidores públicos lotados naquele Departamento. Segundo o critério adotado, a Fundação realmente começa no início, livre de vícios de origem. Por outro lado, podendo o dirigente da Fundação requisitar, conforme consta do projeto, funcionários públicos ou autárquicos especializados em assuntos municipais, serão aproveitados aqueles que possam trazer à Fundação os conhecimentos e a experiência que eventualmente apealharam durante o tempo que serviram no Departamento cuja extinção é prevista no projeto.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 133-71

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, com personalidade jurídica de direito público, sede e fóro na Capital do Estado, vinculando-se a Secretaria de Es-

tado dos Negócios do Interior e Justiça, com patrimônio próprio e autonomia técnica, administrativa e financeira.

Parágrafo único — A Fundação poderá instalar e manter escritórios ou agências em Municípios do Estado, em outros Estados e no Distrito Federal.

Art. 2.o — Os bens de domínio do Estado constituídos de todos os móveis do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), passam a integrar o patrimônio da Fundação.

§ 1.o — Constituirão ainda o patrimônio da Fundação outros bens móveis e imóveis que lhe forem expressamente destinados.

§ 2.o Extinta a Fundação, seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 3.o — Constituem receita da Fundação, além dos recursos provenientes de seu patrimônio:

I — Auxílios e subvenções constantes do Orçamento do Estado, sob a forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos;

II — Auxílios, contribuições e subvenções constantes do Orçamento da União e dos Municípios;

III — Empréstimos e doações;

IV — Rendimentos e remuneração de serviços prestados, mediante acordo e convênios com os Municípios e com entidades privadas;

V — Auxílios e contribuições de entidades públicas e privadas.

Art. 4.o — As atividades da Fundação abrangem, especialmente os seguintes setores:

I — Legislação municipal;

II — Organização administrativa municipal;

III — Orçamento e contabilidade municipal;

IV — Tributos municipais;

V — Planejamento local integrado.

Parágrafo Único — Compreendem-se nos objetivos da Fundação:

I — Promover estudos e pesquisas no interesse dos Municípios, orientando-os nas prestações de contas aos órgãos competentes do Estado e da União;

II — Promover a formação e o treinamento de pessoal especializado para as várias funções da administração municipal;

III — Promover e participar de cursos, cursos, reuniões e congressos, visando a difusão, aperfeiçoamento e intercâmbio de conhecimentos e experiência de assuntos municipais;

IV — Difundir a melhor técnica de governo local por todos os meios a seu alcance;

V — Elaborar e divulgar publicações necessárias ao aprimoramento da administração municipal;

VI — Organizar e manter biblioteca especializada em assuntos municipais;

VII — Manter intercâmbio com entidades congêneres.

VIII — Realizar convênios com Municípios e entidades nacionais e estrangeiras, para obtenção de recursos destinados ou a serem aplicados nos Municípios;

IX — Obter a colaboração de técnicos da Administração Pública ou contratar especialistas e pessoal necessários à consecução de suas finalidades;

X — Realizar convênios com entidades assistenciais e escolares, públicas ou privadas, no interesse dos Municípios;

XI — Realizar convênios com Municípios para elaboração de projetos técnicos de desenvolvimentos locais.

Art. 5.o — A Fundação será administrada, na forma do Estatuto, por um

Diretor e um Secretário Geral, nomeados pelo Governador do Estado, dentre diplomados em curso superior e com experiência em assuntos municipais.

§ 1.º — O Diretor e o Secretário Geral perceberão remuneração mensal que será fixada, anualmente, por ato do Governador do Estado.

§ 2.º — O Diretor e o Secretário Geral poderão pertencer aos quadros de servidores da administração do Estado, caso em que deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo ou a percepção da remuneração fixada na forma do parágrafo anterior, sem prejuízo dos direitos que lhes conferir a legislação a que estiverem subordinados.

§ 3.º — Nas suas faltas ou impedimentos, o Diretor será substituído pelo Secretário Geral.

Art. 6.º — Compete ao Diretor:

I — Representar ativa e passivamente a Fundação;

II — Receber, aplicar e prestar contas dos recursos financeiros que forem atribuídos à Fundação;

III — Contratar, no regime das leis trabalhistas e nos limites dos recursos financeiros da Fundação, técnicos e pessoal administrativo necessários ao desempenho de suas atividades;

IV — Contratar com terceiros estudos, pesquisas e demais trabalhos especializados ou obtê-los da própria Administração Pública, gratuitamente ou mediante remuneração;

V — Obter recursos e assinar convênios com quaisquer órgãos públicos ou entidades privadas;

VI — Representar os Municípios em atos vinculados a seus interesses, bem como os das entidades privadas;

VII — Baixar o regimento interno da Fundação e demais normas necessárias ao seu funcionamento, observadas as disposições legais e estatutárias;

VIII — Despachar diretamente com o Governador do Estado o expediente da Fundação e manter os contactos necessários com autoridades e demais interessados;

IX — Requisitar servidores públicos estaduais, inclusive autárquicos, quando necessários para as atividades da Fundação, na forma da legislação em vigor.

Art. 7.º — Ao Secretário Geral, além das funções de administração do pessoal e do patrimônio da Fundação, compete desempenhar as que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

§ 1.º — Com a extinção do órgão, os atuais servidores do Quadro Único em funcionamento, a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

Art. 8.º — O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 9.º — Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir, na Secretaria do Interior e Justiça, o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, criado pela Lei, n.º 43, de 23 de janeiro de 1948, tão logo esteja instalada e de Pessoal do Poder Executivo, lotados no Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, passarão a ter lotação na Diretoria Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

§ 2.º — A representação do órgão extinto, junto a todas as entidades colegiadas da administração estadual, centralizada ou descentralizada, passará a ser exercida pelo Diretor da FAMEPAR, ou pessoa por ele indicada.

Art. 10 — O saldo das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento vigente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, existente na data de sua extinção, fica transferido em forma de auxílio para a Fundação instituída por esta lei, devendo nos anos subsequentes constar dotação própria no orçamento da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

Art. 11 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito espe-

cial no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, destinado a atender despesa de instalação e funcionamento da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR).

Parágrafo Único — Para cobertura do crédito de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância da dotação da Administração Geral do Estado do Orçamento em vigor.

Art. 12 — A Fundação prestará contas ao Tribunal de Contas, por exercício encerrado, remetendo o balanço até o dia 31 de março do exercício seguinte.

Art. 13 — A Fundação encaminhará anualmente aos Poderes Executivo e Legislativo relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do balanço do respectivo exercício.

Art. 14 — São inerentes à Fundação, no que couber, os privilégios da Fazenda Pública Estadual.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 133-71.

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Institui a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná FAMEPAR, na forma que especifica.

P A R E C E R

I — O Projeto acima evidenciado foi elaborado atendendo ao que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2 — Referido Projeto tem suas raízes da Mensagem Governamental número 17-71 e objetiva instituir a Fundação de Assistência aos Municípios de nosso Estado, que terá sua sede e seu fôro nesta Capital, a qual deverá substituir o atual Departamento de Assistência Técnica aos Municípios D.A.T.M.

3 — A iniciativa em questão é justa e oportuna, eis que vem ao encontro às aspirações da atual administração, a qual procura dar uma estrutura mais racional para um melhor encaminhamento aos assuntos atetos aos seus negócios.

Quanto aos aspectos constitucionais e legais, não encontramos qualquer óbice que se lhe anteponha.

Nestas condições, somos pela sua aprovação

E o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Igo Losso

Muggiati Filho

Cândido M. de Oliveira

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior

Odilon Reinhardt

Borsari Neto

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 133-71

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 17-71, o Projeto supra referido foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual mereceu parecer favorável.

2 — Quanto ao aspecto que a esta Comissão cabe examinar, não merece qualquer reparo, visto que a iniciativa ora em exame, aponta, corretamente, o suporte financeiro para a sua execução.

3 — Em face do exposto, somos pela sua aprovação.

S.M.J. é o parecer.

Sala das Comissões, em de julho de 1971.

aa) Ovídio Franzoni — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Paulo Poli

Santos Lima

Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para discutir).

Sr. Presidente, mais um Projeto de grande profundidade e quero afirmar inicialmente, srs. Deputados, que este Projeto deve merecer o apoio de todos os Deputados de ambas as Bancadas, mas que contém alguns pontos profundamente discutíveis e frágeis. Não me alongarei porque teremos oportunidade de discutir ainda duas vezes, mas quero, desde já, fazer uma ressalva ao antigo D.A.T.M., órgão inócuo, órgão que tem uma grande finalidade mas que não a cumpre; será dissolvido por esta Fundação, e a tempo, porque, srs. Deputados, está faltando no Paraná um órgão capaz de ordenar a vida dos municípios na área estadual. O que contém este Projeto, sr. Presidente, e aqui vai meu alerta, é muito mais do que dar atendimento aos Municípios na esfera estadual. Fica autorizada a tal Fundação proposta neste Projeto, a abrir escritórios nos Estados do Brasil. Abrir escritórios para quê? Para que abrir escritórios nos outros Estados do País? Mais uma vez está a bancada do M.D.B. a perguntar, mas é necessário que saibamos quantos escritórios o Governo quer abrir, quantos escritórios quer abrir pelo Brasil agora, para que quer abrir escritórios pelo Brasil? Para que vamos manter escritórios pelo Brasil, quando um órgão está sendo estudado para dar assistência específica com a qual eu concordo, estou de pleno acordo, porque os municípios paranaenses vivem completamente desassistidos; mas, com o que não podemos estar de acordo é exatamente com este Parágrafo Único, logo no primeiro artigo do Projeto. A Fundação poderá instalar e manter escritórios ou órgãos em municípios do Estado, mas em outros Estados? Sabemos que por aqui se abrirá uma válvula perigosa à economia paranaense. Teria o Governo em mãos — e com isto, tenho certeza, não estará de acordo nenhum dos srs. Deputados, — terá o Governo em suas mãos, condições de abrir escritórios de empreguismo em todos os Estados brasileiros. Não afirmo que o Governo pretenda agir desta forma.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para me solidarizar com V. Exa. sobre este aspecto da abertura de escritórios nos demais Estados. E também me preocupa esta interpretação da possibilidade de transformar em cabide de empregos. Não quero dizer que tenha isto ocorrido com o Escritório do Estado do Paraná na Guanabara, porque eu já tive oportunidade de estranhar profundamente tenha o sr. Governador nomeado para o Escritório da Guanabara um seu próprio irmão. Já tive oportunidade de discordar disto na época. Sou também contrário a abertura destes escritórios nos demais Estados. Não entendo por que se abrir escritórios, por exemplo, em Brasília, quando o Estado tem uma Bancada de Deputados Federais, tem uma Bancada de Senadores para representar os interesses do Paraná junto aos órgãos da administração federal. Vai criar um conflito em prejuízo da própria política do Estado. Tem mais um aspecto, vai criar conflito com a Bancada Paranaense da Câmara Federal e com a Bancada de Senadores. Por antecipação já me manifesto contrário à pretensão do sr. Governador.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre deputado Sebastião Rodrigues, muito oportuno e objetivo.

Concedo o aparte ao sr. deputado Ivo Tomazoni.

O Sr. Ivo Tomazoni — Muito obrigado, nobre deputado.

O Parágrafo Único do artigo 1.º, que é objeto da crítica que V. Exa. faz,

por não entender o "porque" da possível instalação de escritórios ou agências em Municípios deste Estado e de outros Estados, e no Distrito Federal; eu tenho uma preocupação, nobre Deputado. Eu fui Prefeito Municipal, e quantas vezes, de chapéu na mão, esmolava nos corredores das repartições públicas, à procura de um órgão de assessoramento e de planejamento que pudesse auxiliar uma administração pobre na organização de um projeto para determinadas obras.

Sei quanto valor teria para o Paraná, para os municípios interioranos do Paraná...

O SR. NIVALDO KRUGER — Estou de pleno acordo.

O sr. Ivo Tomazoni — ...quanto valor teria um escritório desta Fundação em Porto Alegre, por exemplo, nobre Deputado.

V. Exa. não há de me perguntar porque a SUDESUL, órgão que tem dinheiro aos montes para distribuir em convênios com os municípios da faixa fronteiriça, não tem dado ao Paraná praticamente nada. Porque Santa Catarina, nobre Deputado, mantém representantes em Porto Alegre, com escritório em prédio fronteiriço à sede da SUDESUL, elabora os planos, discute a validade dos mesmos, e libera as verbas, e traz as verbas para Santa Catarina. Mato Grosso tem procedido assim. Nós não temos tido ainda órgão capaz de funcionar. Os nossos representantes junto à SUDESUL, são aqueles que esporadicamente comparecem às reuniões daquele organismo num dia por mês, em determinado dia de cada 60 dias. Deus queira que a FAM (Fundação de Assistência aos Municípios) possa ter esta faculdade de manter um seu representante em Porto Alegre, por exemplo. Já não falo em Brasília, para que este escritório fique fazendo com que os projetos de convênio possam tramitar nos Ministérios, evitando que rolem de mesa em mesa, empurrando-os para a sua aprovação. Quero crer que sejam estes os municípios, o Distrito Federal e os Municípios de Porto Alegre, na Capital do Rio Grande do Sul, aqueles que devem merecer este tipo de escritório. Sejam quais as fundações, vão ter que gastar o dobro em viagens de ida e volta a Porto Alegre e a Brasília, permanentemente, no assessoramento de Prefeituras. Muito obrigado.

O SR. NIVALDO KRUGER — V. Exa. me dá um aparte e já situa os Estados aonde o Estado poderá ter escritório. Entretanto, a lei, sr. Deputado, não diz isto, que fica o Governo do Estado em condições de abrir escritórios pelo Brasil afora. E nós já tivemos, no passado, escritórios do Paraná na Bahia e Pernambuco; tivemos escritórios do Paraná por aí afora.

O sr. Ivo Tomazoni — Somente para concluir, nobre Deputado.

Admitindo, a Presidência da República considera como ponto de convergência mais fácil, para a sede da SUDESUL, Florianópolis. Então teríamos que reformular a lei para permitir a instalação de um escritório em Florianópolis. E, V. Exa. que o Banco Regional do Extremo Sul, sede — Porto Alegre, e outros órgãos que têm atribuição para jogar recursos, para injetar dinheiro nos Estados mais meridionais, estão colocados em Porto Alegre. Se estivessem aqui, que beleza! Ir ao encontro desses organismos com representantes nossos, com autorização e com autoridade para trazer dinheiro, é o que interessa ao Paraná em seu desenvolvimento. Muito obrigado!

O SR. NIVALDO KRUGER — Neste ponto de trazer dinheiro para o Paraná dou certa razão a V. Exa. Passei uma vergonha terrível no Cerpai, quando visitei aquele organismo, ao verificar que a Bahia, Pernambuco, os Estados do Brasil Central, Santa Catarina e Rio Grande do Sul haviam levantado ali recursos destinados pelo CERPAL a diversas regiões, e o Paraná não havia levantado recurso algum. No entanto, o Paraná tem escritório no Rio de Janeiro.

Hoje, lembro a V. Exa., temos a TELEPAR com discagem direta para Porto Alegre. Basta levantar um telefone e no mesmo instante se tem ligação. Não há necessidade, no meu entender, de abrir escritório. Que se co-

loque lá um representante para os dias de reunião está certo, mas abrir escritório pelo Brasil agora não acho razoável. Então, que se especifique, fica a Fundação autorizada a manter um escritório paralelo ao escritório da Fundação, da Sudesul ou do organismo.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Louvo a preocupação do deputado Ivo Tomazoni em querer buscar recursos necessários à administração paranaense. Entretanto, estranho profundamente quando se fala em buscar esses recursos, porque na ocasião em que devia ter havido um movimento por parte do Governo, não houve. Refiro-me à vaga que ocorreu na Diretoria do Banco do Brasil, que atende o Paraná. Para essa vaga foi nomeado o Cel. Walter Peráchi Barcellos, gaúcho que levou para a chefia de seu gabinete outro funcionário do Banco do Brasil do Rio Grande Sul. Buscar recursos seria colocar na Diretoria do Banco do Brasil um Diretor integrado na economia paranaense, sobretudo quando aquela Carteira vai atender o Paraná. Mas os cargos que pertencem o Paraná estão sendo usados para empreguismo na área federal. Já disse desta Tribuna que hoje é "melhor ser um gaúcho frustrado do que um paranaense realizado", porque deram a Diretoria do Banco do Brasil que atende o Paraná a um gaúcho desempregado esta é a verdade, quando deveriam ter dado ao Paraná. Muito melhor que abrir escritório faria o sr. Haroldo Leon Pires lutando, protestando pela não designação de um paranaense, de um homem ligado à economia do Paraná para aquela Diretoria do Banco do Brasil. Este é o testemunho, é a prova da pouca liderança dos homens do Paraná junto à área federal. É uma humilhação. Imaginem Vs. Exas. a nomeação de um paranaense para dirigir a Carteira do Banco do Brasil que atende o Rio Grande do Sul? Imaginem se isto seria possível nos dias que correm?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Na certa haveria uma Revolução.

O sr. Sebastião Rodrigues — Bastaria, em vez de criar escritório, abrir uma luta neste sentido, porque estaremos melhor atendidos com a designação de um Diretor do Banco do Brasil nosso, que carregaria dinheiro para cá por que temos necessidade dele. Abrir escritórios só servirá para empregar parentes e irmãos por aí fora. Muito obrigado!

O SR. NIVALDO KRÜGER — Quero levantar mais uma questão em torno deste Projeto.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nivaldo Krüger, concordo, em parte, com a intervenção do sr. deputado Sebastião Rodrigues, quando diz da falta de representação do Paraná na área federal. Realmente, nosso Estado não está representado em nada. É preciso que levantemos nossas vozes, a fim de que nosso Estado, que é um dos Estados que contribuem com uma soma vultuosa para a União, se faça representar nas altas esferas federais. Agora, só discordo do nobre deputado, meu amigo Sebastião Rodrigues, quando ele atribui ao Coronel Peráchi Barcellos, um homem frustrado do Rio Grande do Sul. É homem que pertence à Brigada Militar e foi Governador daquele Estado; que merece de todos nós o nosso respeito, todo nosso acatamento, porque se trata de um brasileiro íntegro e capaz.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para prestar um esclarecimento, com referência às declarações do nobre deputado João Mansur.

Eu faço a impugnação do Coronel Peráchi Barcellos para a Direção da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, que atende ao Paraná, porque S. Exa. não tem integração nenhuma com a economia paranaense. S. Exa. pode ser muito bom para dirigir algo no Rio Grande do Sul, onde S. Exa. está integrado na economia gaúcha. Até aí, não teria nenhuma restrição a fazer. Ele foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul, conhece os problemas do Estado gaúcho; lá S. Exa. estaria muito bem.

A restrição que eu faço é a designação de S. Exa. para atender a Car-

teira do Banco na parte que atende ao Paraná, e aí está a minha restrição. Não tenho nada, pessoalmente, contra a Direção do sr. Peracchi Barcelos. Acho que ele poderia ser aproveitado na área federal, em algo que diga respeito ao Rio Grande do Sul. Mas jamais no que diz respeito ao Paraná. Nós sempre tivemos na Direção daquela carteira, nomes de paranaenses ilustres; sempre tivemos diretores do Banco do Brasil do Paraná, e agora não temos mais nada. É isso que eu estranho.

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. tem razão.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meu aparte é pendente e faz referência ao aparte com o qual sou solidário, ao seu companheiro de Bancada, eminente deputado Sebastião Rodrigues. Tem razão S. Exa., quando diz que o Paraná deve reivindicar para si uma Carteira do Banco do Brasil. Eu iria além, nobre Deputado. Onde o assunto é técnico, creio que, no Paraná, ninguém melhor do que o deputado que o aparteu, para assumir aquela Pasta. Ele é um eminente funcionário do Banco do Brasil, conhece os assuntos daquele Banco. Eu faria, através deste aparte, a S. Exa. o sr. Governador do Estado, que não tem limite de partido, que é uma lembrança oportuna e excelente, se gestionar junto à Direção, junto à Presidência do Banco do Brasil. E quem sabe, teríamos a felicidade de vermos, para alegria nossa, um paranaense de sua Bancada, na direção do Banco do Brasil, representando o Paraná.

Estou certo que o Paraná estaria de parabéns, e não temos aqui melhor candidato do que o eminente, probo, honrado, digno e honesto Deputado de sua Bancada, que advoga com tanta propriedade esta tese.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. e concordo. Acho que o deputado Sebastião Rodrigues tem todas as qualidades. Se não tivesse, não teria ascendido na vida bancária como ascendeu, e não teria o reconhecimento da população de sua região. Agora, V. Exa. entende, assunto dessa natureza é da máxima importância. Acho que V. Exa. poderia ser o portador ao sr. Governador do Estado, dessa sugestão. E se V. Exa. apresentar a sugestão assinada, nós também a assinaremos. E creio que esta Casa não se negará a assinar. Proponho que se faça uma Comissão desta Casa, proposta com a responsabilidade que tem V. Exa., que é um dos vices-líderes do Governo, que levasse ao sr. Presidente da República, ao sr. Presidente do Banco do Brasil, a indicação da Arena, do MDB e do Governador do Estado, proposta por V. Exa., para que o ilustre deputado de nossa Bancada assumna a posição que tem gabarito para assumir na Carteira Agrícola do Banco do Brasil.

Agradeço o apoio de V. Exa. e espero que V. Exa. formalize por escrito o que acaba de dizer nesta Casa.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para consignar meu melhor agradecimento à indicação do deputado Paulo Poli. Tenho a certeza de que ainda que não seja o meu nome, mas outro nome, contando com o apoio tão forte, tão brilhante, tão respeitável do deputado Paulo Poli, por certo haveríamos de ter, de fato um Diretor no Banco do Brasil.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Apenas para que o deputado Sebastião Rodrigues não fique tão preocupado com a atuação que vai ter o Cel. Walter Peracchi Barcelos na Direção do Banco do Brasil. Não posso lhe fazer uma indagação, mas, se pudesse, perguntar-lhe-ia: o que achou da atuação de um não paranaense na Direção do Banco do Brasil, superintendendo os interesses do Banco do Brasil no Paraná. Refiro-me ao sr. Paulo Bornhausen, que fez pelo Paraná muito mais do que se lá estivesse qualquer paranaense.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. me permita, nobre deputado Nivaldo Krüger, já que teria que responder ao deputado Ivo Tomazoni, o que estranho na indicação do coronel Walter Peracchi Barcelos não ocorre com a indicação do ilustre

sr. Paulo Conde Bornhauser, por certo um dos nomes mais brilhantes que já passou pelo Banco do Brasil.

Se a Carteira que atende o Paraná é a mesma que atende Santa Catarina, então, é evidente que se indique, para dirigi-la, um homem de Santa Catarina, da mesma forma que poderia ser indicado um paranaense.

Mas, o Rio Grande do Sul tem a sua própria Carteira. E o que não admito é que se indique um gaúcho para atender Paraná e Santa Catarina. E advogo o nome de um paranaense, o que o nobre deputado Ivo Tomazoni não faz. Advogo o nome do paranaense por quê? Advogo o nome do paranaense porque o Rio Grande do Sul já tem o seu Diretor. Santa Catarina também já tem um representante na Diretoria do Banco do Brasil.

Vou formular uma pergunta ao nobre deputado Ivo Tomazoni, uma pergunta que faço à Casa, aos srs. Deputados, e a todos que aqui se encontram. O Banco do Brasil solicita à Diretoria do Banco a abertura de um número "x" de agências no País. Pois bem, o Conselho Monetário defere pela metade. Vai a solicitação à Diretoria para decidir, então, em que Estado vão ser instaladas as agências. Eu duvido que o coronel Walter Peracchi Barcelos vá defender os interesses do Paraná quando se tratar de deslocar para aqui uma agência que poderia ser instalada no Estado do Rio Grande do Sul.

Eu duvido que ele faça isso, porque ele defenderia os interesses do Estado do Rio Grande do Sul. E o que está acontecendo no Banco do Brasil é o carregamento de recursos para o Estado do Rio Grande do Sul, totalmente.

Não se verificou isso com a diretoria do dr. Paulo Conde Bornhauser, porque S. Exa. era Diretor da zona que atende Paraná e Santa Catarina.

Então, que se coloque um outro paranaense, alguém que tenha vinculação com a economia paranaense, mas, jamais, dar prêmio a um gaúcho que não conhece e que não tem integração alguma com a economia paranaense.

Presto minhas homenagens ao diretor Paulo Conde Bornhauser.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço os apartes e faço apelo aos ilustres Deputados que me permitam concluir.

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Eu queria pedir a V. Exa., e peço desculpas por interrompê-lo, e fazer um apelo à Casa, para que nos cinjamos à discussão do Projeto. Nós estamos discutindo, em 1.ª discussão, o Projeto de Lei. E de acordo com o artigo 145 do Regimento Interno, a primeira discussão versa, exclusivamente, sobre a constitucionalidade, ou não, do Projeto. E peço aos ilustres companheiros da bancada do MDB e da bancada da ARENA, que não dispersemos a discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. e a lembrança que é, realmente, oportuna.

Mas, ilustre deputado Antônio Lopes Júnior, nós entendemos necessário fazer esta ressalva, porque votando a favor do Projeto agora, de certa forma, poderia ser entendido nosso apoio hoje, e nossa discordância amanhã.

E ainda, para finalizar, vou focalizar um aspecto que precisa ser considerado: a Fundação será administrada por dois diretores nomeados pelo sr. Governador do Estado. Se a Fundação tem o objetivo de atender a área municipalista, onde está o diretor indicado pela área municipalista? Não foi previsto isso.

Dois alertas que quero fazer, importantes no meu entendimento, e necessários à direção da instituição, que será de nomeação exclusiva do sr. Governador do Estado.

Entendo eu que, aos municípios do Paraná, à Associação dos Municípios do Paraná, ou às associações, deve ser entregue um destes cargos para que, dentro da Fundação, haja participação efetiva municipalista. Porque, do contrário, teremos certamente funcionários da confiança do sr. Governador, evidente, mas talvez sem vivência dos problemas municipalistas, sem a auto-

nomia e a autoridade daqueles que sentem, na carne, a realidade municipalista.

Entendo que a Fundação é necessária. Mas, necessário também é que ela venha, de fato, resolver os problemas e não apenas protelá-los.

Assim, duas considerações se fazem necessárias no sentido de incluir-mos um diretor provindo da área municipalista indicado pelas entidades organizadas, hoje, no Paraná; e que se exclua desse Projeto a possibilidade de se constituir escritórios pelo Brasil afora. Porque primeiro, abrirá a porta do empreguismo fatalmente; e segundo, reduzirá, ou excluirá, a participação municipal numa entidade que diz respeito a seus interesses.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concede a palavra, para discutir, ao sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente nobres srs. Deputados.

Antes quero previnir à Casa que não vou falar sobre o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil não tem nada com a Mensagem do Governo.

Também não sou contra o parágrafo único do artigo 1.º.

Acho que o nobre Líder do MDB esqueceu-se do mais importante desta Mensagem. Esta Mensagem se aprova nos estritos termos em que foi enviada à esta Casa, vai causar, ainda mais, o esvaziamento do Poder Legislativo. Será uma arma terrível nas mãos de um Governador.

Não vou mais disputar cargo político em minha vida pública e vou votar favoravelmente a Mensagem apenas porque, no seu artigo 4.º e incisos, realmente vai trazer um auxílio inestimável aos municípios do Paraná, que, na sua maioria, não possuem em seus quadros funcionais um engenheiro sequer. E as cidades crescem ao sabor dos prefeitos dos vizinhos dos pastores, dos Rotarvs, dos Ivons. Sempre ao sabor dessa gente sem planejamento, sem ter um engenheiro para orientar. Então, o artigo 4.º vai dar uma orientação sobre a administração municipal e organização administrativa municipal, que é importantíssima sobre orçamento e contabilidade municipal, a fim de que a ação do Tribunal de Contas — e aqui está a grande malícia do Governo — não se faça mais sentir sob forma de pressão aos srs. Prefeitos do interior, na forma do lançamento dos tributos municipais, e o que é mais importante, planejamento local integrado. Quer dizer que a Mensagem tem realmente isso de bom, de louvável e merece encômios o sr. Governador, pela sua preocupação com o crescimento do Paraná, com o crescimento dos municípios paranaenses. Que não aconteça mais o que vem acontecendo, onde os Prefeitos, após o advento da nova sistemática tributária brasileira, começaram a receber dinheiro, muito dinheiro, sem saber aplicá-lo. Muitos aplicaram na compra de fontes luminosas, relógios maiores do que o da Central do Brasil, e havia um que queria um relógio maior que o "Big-Ben" de Londres.

Mas o nobre Líder da Oposição esqueceu de comentar o artigo 8.º da Mensagem, que diz que o Estatuto da Fundação será reformado por decreto do sr. Governador do Estado. Ai está o esvaziamento do Poder Legislativo. O diretor da Fundação será de livre escolha do Governo, ele manipulará todas as verbas e subvenções municipais.

Fiz apenas uma análise simples, não me aprofundei no assunto, mas o Estado consignará anualmente no seu orçamento, talvez importâncias vultuosíssimas a essa Fundação, que serão manipuladas por dois homens apenas, de livre escolha do sr. Governador do Estado.

O Estatuto, que é a viga mestra, que é o que comanda a vida administrativa da Fundação, será de elaboração exclusiva do Governador do Estado. Não falo de Haroldo Leon Pères, falo do Governador do Estado.

Então, vejam o esvaziamento, srs. Deputados. Não adianta mais receberem comandos políticos. A Fundação é que vai mandar nos Prefeitos. Os comandos políticos não vão valer nada, absolutamente nada. A Fundação é que vai comandar a vida política paranaense, o Governador terá uma arma

terrível na mão, elegerá quem bem entender, desde o mais humilde Vereador ao Deputado Federal. É esta a arma que estamos dando graciosamente ao Governador do Estado, sem um estudo mais acurado. Se pelo menos o artigo 8.º fosse modificado, que o Estatuto obrigatoriamente deveria ter o "referendum" da Assembleia, ainda concordaria de votar nos termos em que veio, mas estudem hoje à noite, votem em primeira discussão, porque é quanto ao aspecto legal, e vejam que deve ser modificado esse artigo. Porque não adianta mais ninguém brigar por comando no Paraná, comando de Palmas ou Campina Grande do Sul, não adianta brigar por comando nenhum, de Goio-Ére ou Campo Mourão. Esta Fundação é que vai mandar na política. O Diretor da Fundação terá nas mãos o poder financeiro e de orientação aos srs. Prefeitos, e, inclusive, nem o Tribunal de Contas terá mais aquela ascendência sobre os Prefeitos. Isso, aliás, é bom, mas é necessário que os srs. estudem bem a matéria. E o esvaziamento do Poder Legislativo.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. realmente abordou um aspecto importantíssimo do Projeto. Um Projeto dessa natureza não poderá ser aprovado sem uma análise mais profunda, sem a verificação de todas as implicações decorrentes de sua adoção. V. Exa. atingiu o problema com muita propriedade, quando diz que o governo enfeixará, através desse organismo, poderes excepcionais. Resta saber se é preferível concentrar-se esse poder político integral, numa área só, ou se é preferível na mão de tantos Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Deputados que são os legítimos representantes do povo.

É uma vitória que V. Exa. alcançou no seu Município, pela vontade soberana do povo que lhe deu a maioria. Este Deputado é o repositório das queixas dos seus municípios, dos seus co-estadaunos. É preferível que o Poder Legislativo que é a única arma do povo, não se esvazie cada vez mais, ou apenas sirva para votar orçamentos, receber subsídios no fim do mês, votar votos de homenagem, votos de pesar e outras coisinhas mais, ou fiquem os srs. Deputados esperando cinco ou seis horas num gabinete de uma simples Diretoria, ou às portas de uma Secretaria, sendo as partes mal tratadas. É preferível que fique na mão do Deputado, porque, em suma, fica na mão do povo que elegeu este Deputado, estes 47 representantes do Paraná todo. Talvez o termo "comando político" não seja um termo adequado. O Governo deveria reconhecer no Deputado o representante do Município onde ele já obteve uma vitória, onde ele realmente representa a vontade popular; esse Deputado, então, quando vem votar, quando tem caráter, quando não tem espírito de ódio, não tem espírito de perseguição e vingança, realmente ele deve ser o representante do seu município, porque vem trazer de lá os queixumes do povo aos Secretários de Estado. Estamos agora transferindo isto para uma Fundação que, inclusive, vai funcionar na Secretaria do Interior. Vai ser um posto político. Todos sabemos que é intenção do sr. Governador do Estado desmembrar a Secretaria do Interior e Justiça, deixando uma para atender os negócios da Justiça e outra parte à política. A Fundação será parte integrante da Secretaria do Interior. Os srs. vejam bem, esta Mensagem estará contribuindo para o esvaziamento do Poder Legislativo. Não vejo porque o sr. Governador queira trazer à Casa a criação desta Fundação, quando nós sabemos que, por sua brilhante atuação nesta Casa, como Vice-Líder da Revolução na Câmara Federal, pelo seu espírito de luta, nunca desmentido neste Poder Legislativo, pela sua honestidade pessoal, contra a qual nunca ouvi falar nada, pela sua inteligência, pela sua magnífica qualidade de orador, tem condições, porque é sua pretensão eleger-se Senador, em 74. Com os meios financeiros que esta Casa está fornecendo ao sr. Haroldo Leon Peres, fazendo uma administração como está pretendendo fazer, será consagrado nas urnas em 74. Não há necessidade do documento que representa o esvaziamento do Poder Legislativo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei n. 133-71.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente.

Nós iremos votar favoravelmente, mas me reservo, na sessão de amanhã, para apresentar uma Emenda suprimindo o Artigo 8.º da Mensagem Governamental.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Quero consignar uma declaração de votos.

Votamos hoje com o Projeto sem que isto signifique compromisso de votação na segunda e na 3.ª discussão. Apresentaremos Emendas nos pontos que julgamos vulneráveis.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Os srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. **Aprovado.**

(Lê declaração de votos enviada à Mesa pelo sr. deputado Antônio Belinati). (Lendo):

“SENHOR PRESIDENTE:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, fundamentado no Artigo 152, do Regimento Interno desta Casa, Requer, seja consignada na ata dos trabalhos que votou contra o Projeto de Lei 126-71 por discordar da forma como o mesmo tramitou nesta Assembléia Legislativa, negando-se, inclusive, o direito da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro de ouvir, antes da sua votação, o Exmo. Sr. Secretário da Fazenda do Estado do Paraná. Requer ainda, conste na ata, que o Deputado abaixo não é contra o aludido empréstimo, mas o condena pela redação pouco esclarecedora do projeto em questão e pelo não comparecimento da autoridade fazendária nesta Assembléia, cuja autoridade estaria em condições de explicar oficialmente quais as obras que seriam pagas ou construídas com os recursos oriundos do empréstimo a ser contraído pelo Senhor Governador.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1971.

(a) Antonio Belinati”.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n. 126-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos srs. Ministro da Agricultura e Presidente do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal, no sentido de que seja mantido tráfego normal na estrada de Medianeira à Capatema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que se digne informar se houve doação de máquinas desse Departamento à Prefeitura Municipal de União da Vitória de 1969 até o presente ano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Frust, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela realização do Congresso da Federação Nacional das APAES, na Guanabara, e transcrição do teor da “Exortação do Excepcional”, pela profundidade de seus conceitos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao sr. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, pedido de informações. — **Retirado pelo autor.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 96-71;

2ª. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 125-71, 133-71.

Levanta-se a sessão.